



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

ANDRÉIA MAGALHÃES DA ROCHA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL: DA
CONCEPÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO (PARNAÍBA-PI)**

NATAL/RN

2017

ANDRÉIA MAGALHÃES DA ROCHA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL: DA
CONCEPÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO (PARNAÍBA-PI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre, na área de desenvolvimento regional do Turismo.

Orientadora: Maria Aparecida Pontes da
Fonseca Dr^a.

NATAL/RN

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Rocha, Andréia Magalhães da.

As políticas públicas de turismo e a população local: da concepção à implementação (Parnaíba-PI) / Andréia Magalhães da Rocha. - Natal, 2017.

101f: il.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo – Dissertação. 2. Políticas Públicas – Dissertação. 3. População local - Parnaíba-PI - Dissertação. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48:351

ANDRÉIA MAGALHÃES DA ROCHA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL: DA
CONCEPÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO (PARNAÍBA-PI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre, na área de desenvolvimento regional do Turismo.

Orientadora: Maria Aparecida Pontes da Fonseca Dr^a.

Aprovada em: 06 de Abril de 2017.

Maria Aparecida Pontes da Fonseca, Dr^a
(Orientadora- UFRN)

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.
(Coorientador- UFRN)

Carlos Alberto Freire Medeiros, Dr.
(Examinador Interno- UFRN)

Lindemberg Medeiros de Araujo, Dr.
(Examinador Externo- UFAL)

Para Valentim, Marco, Deuselina e Valéria

AGRADECIMENTOS

...que não tomes como corriqueiro ou algo essencialmente “procedimental” o fato de ler mais um agradecimento que antecede um trabalho científico.

Ao final de uma grande batalha existe uma enorme lição. Embora não saibamos qual será, persistimos confiantes. E então, aqui estou, em mais um destes momentos “memoráveis”.

Após tanto debruçar-me e praticar exaustivamente o ofício da interpretação, entendo o real significado da existência do pesquisador. O que seguramente não é uma profissão tão simples quanto parece. Requer muita concentração para ter a capacidade de unir pontos de vista convergentes, bem como interpô-los em situações opostas. O fazer artesanal requer paciência, insistência e altruísmo.

Reconheço que anterior a um exercício acadêmico está o comprometimento de entender a realidade. Entretanto, não se trata apenas de averiguar o que visivelmente se procede, mas daquilo que o torna perceptível. É disso que realmente trata o processo investigativo, o real cenário torna-se incrivelmente pluralístico e cada trama se transforma em algo admiravelmente valioso. É um grande privilégio chegar a este momento e perceber que todo o esforço foi recompensado, mais gratificante ainda é saber que o aprendizado foi para a vida.

Agradeço a cada amigo, parente, professor e a CAPES que me acompanhou nesse processo exaustivo e dedico todo o resultado a vocês. Não incorrerei no erro de elencar nominalmente a cada um, pois poderia equivocar-me na ausência de algum nome. Quem participou de sua construção realmente o sabe e agradeço imensamente.

A cada passo dado uma nova aprendizagem e, foi assim que literalmente ocorreu.

Aprendi que o muito é demasiadamente complexo e o pouco é suficientemente necessário, uma vez que não é interessante concorrer deliberadamente contra os tropeços que podem emergir no campo das grandes investigações e, tampouco perder o controle frente aos desequilíbrios que ocasionalmente se complicam.

...quantos momentos, protagonistas, conversas, devaneios e intervenções. Mais um trabalho concluído e um desafio ultrapassado.

Nenhum homem é uma ilha, completo em si próprio; cada ser humano é uma parte do continente, uma parte de um todo.

John Donne

ROCHA, Andréia Magalhães da. **As Políticas Públicas de Turismo e a População Local: da Concepção à Implementação (Parnaíba-PI)**. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

RESUMO

A promulgação da Constituição Brasileira promoveu diversas mudanças no Brasil, dentre as quais se destacam a gestão pública descentralizada que foi favorecida com a Carta Magna. No turismo, essa característica passou a fazer parte das diretrizes do processo de concepção e implementação das ações públicas para o segmento. Neste contexto, a população local passou a ser entendida como um recurso de estimado valor no planejamento e estruturação de um destino turístico. O presente estudo tem como objetivo central analisar como a população tem sido inserida na concepção e implementação das ações empreendidas pela gestão pública de turismo em Parnaíba- PI. A metodologia empregada na análise consiste em abordagem qualitativa, sendo de natureza exploratória. Para tanto, foi desenvolvida além da pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo junto aos moradores de Parnaíba, superintendente, equipe da Superintendência Municipal de Turismo e membros do Conselho Municipal de Turismo. Como aspectos conclusivos, o estudo aponta que não se pode afirmar que a população local se insere efetivamente nas ações públicas específicas de turismo em Parnaíba. Tampouco se pode afirmar que há compatibilidade entre o discurso oficial e a prática. Percebe-se que a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro não sofreu mudanças significativas ao longo dos anos, apenas surgem no discurso oficial dando ênfase ao papel destes e sua complementaridade na atividade turística. Entende-se que as ações em conjunto, auxiliaram a execução de diferentes ações na localidade que se repercutiram junto à população local.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. População local. Parnaíba-PI.

ROCHA, Andréia Magalhães da. **As Políticas Públicas de Turismo e a População Local: da Concepção à Implementação (Parnaíba-PI)**. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

ABSTRACT

The promulgation of the Brazilian Constitution promoted several changes in Brazil, among them it's highlighted the decentralized public management which was favored by the Magna Carta. In tourism, this characteristic became part of the guidelines of the conception and implementation process of public actions on this segment. In this context, the local population has come to be understood as a valuable resource in the planning and structuring of a tourism destination. The main objective of this present study is to analyze how the population has been inserted in the conception and implementation of the actions undertaken by the tourism public management in Parnaíba-PI. The methodology used in the analysis consists of a qualitative approach and an exploratory investigation. For that, besides the bibliographical and documentary research, it was developed a field research with the residents of Parnaíba, superintendent and the team of the Municipal Superintendence of Tourism. As conclusive aspects, the study points out that it cannot be affirmed that the local population is effectively inserted in the specific tourism public actions in Parnaíba. Neither be said that there is compatibility between official discourse. It is noticed that the relevance attributed to the local population in the context of the public policies defined for the Brazilian tourism hasn't passed by significant changes over the years, only appears in the official discourse with emphasis to role of these and your complementarity in tourist activity. It is understood that the actions together, helped to carry out different actions in the location that reverberated on to the local population.

Keywords: Tourism. Public Policy. Local Population. Parnaíba-PI.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: OBRAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI.....	66
GRÁFICO 2: OFERTA DOS CURSOS EM PARNAÍBA-PI.....	74
GRÁFICO 3: CURSOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO LOCAL	74
GRÁFICO 4: CONTRIBUIÇÃO DA OBRA PARA O MUNICÍPIO	77
GRÁFICO 5: SENTIMENTO EM RELAÇÃO À OBRAS VOLTADAS AO INCREMENTO DO TURISMO ..	78
GRÁFICO 6: FREQUÊNCIA DE VISITAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCAIS	79
GRÁFICO 7: PÚBLICO QUE VISITA OS ESPAÇOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO.....	80
GRÁFICO 8: MUDANÇA OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA COM O TURISMO.....	80

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: ESTUDOS RELACIONADOS À PESQUISA	17
MAPA 1: BAIRROS DE PARNAÍBA CONSIDERADOS NA PESQUISA.....	23
QUADRO 2: QUADRO METODOLÓGICO	26
MAPA 2: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	27
QUADRO 3: IMPACTOS DO TURISMO	61
IMAGEM 1: AEROPORTO INTERNACIONAL PREFEITO DR. JOÃO SILVA FILHO	67
IMAGEM 2: PRAÇA DA GRAÇA	68
IMAGEM 3: PRAÇA SANTO ANTÔNIO	69
IMAGEM 4: BOULEVARD (CALÇADÃO CULTURAL BEIRA RIO)	71
QUADRO 4: INVESTIMENTOS CONTRATO DE REPASSE	71
QUADRO 5: INVESTIMENTOS DO PRODETUR/NE II EM PARNAÍBA.....	72
QUADRO 6: CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS EM PARNAÍBA	82
QUADRO 7: CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	85

LISTAS DE SIGLAS

ABAV- Associação Brasileira de Agências de Viagens
ACPAR- Associação Comercial e Industrial de Parnaíba
ADRS- Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável
APA- Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba
BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB- Banco do Nordeste
BR- Brasil
CADASTUR- Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE- Ceará
COMBRATUR- Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR- Conselho Municipal de Turismo
CST- Câmara Setorial de Turismo
EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo
FGV- Fundação Getúlio Vargas
FINAM- Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR- Fundo de Investimento do Nordeste
FISET- Fundo de Investimentos Setoriais
FUNGETUR- Fundo Geral de Turismo
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPI- Instituto Federal do Piauí
INFRAERO- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAM- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LPC&VB- Convention & Visitors Bureau
MPMIB- Mostra Parnaíba de Música Independente Brasileira
MTUR- Ministério do Turismo
ONG- Organização Não Governamental
OSC- Organização da Sociedade Civil

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PI- Piauí

PIB- Produto Interno Bruto

PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRODETUR- Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRT- Programa de Regionalização do Turismo

REDALYC- Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

SCIELO- Scientific Electronic Library Online

SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN- Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí

SESC- Serviço Social do Comércio

SESI- Serviço Social da Indústria

SETUR- Secretaria de Turismo do Piauí

SUPTUR- Superintendência Municipal de Turismo

UESPI- Universidade Estadual do Piauí

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA- Universidade Federal do Pará

UFPI- Universidade Federal do Piauí

UFAL- Universidade Federal de Alagoas

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNB- Universidade de Brasília

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá / MG

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
2.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ESTUDO	27
2.2.1. Sistema Turístico Local.....	28
3 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	33
3.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O ESTADO: CONCEITOS E PROCESSOS.....	33
3.2 CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO.....	37
3.3 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL	40
3.4 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL	48
3.5 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL	52
4 A POPULAÇÃO LOCAL NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE TURISMO EM PARNAÍBA/PI.....	57
4.1 A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL E O TURISMO	57
4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS E A POPULAÇÃO LOCAL	63
4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

O turismo surgiu na agenda governamental em meados dos anos de 1936, todavia somente na década de 1990 se fortaleceu no contexto nacional, momento em que a atividade passou a ser reconhecida como importante por gerar emprego e renda, e ser capaz de favorecer o desenvolvimento das localidades (Beni, 2006; Dias, 2005; Endres, 2012; Pimentel & Pimentel, 2011). Desde então, a atividade turística segue fortalecendo sua característica econômica, aspecto que a torna atraente para quem lida direta e indiretamente com sua prática, uma vez que favorece os investimentos, a capacidade produtiva local, intensifica o setor econômico e gera divisas (Velasco, 2011).

A atividade turística tende a modificar as estruturas sociais, econômicas, políticas e ambientais das localidades em que se desenvolve. Noutras palavras, “o turismo provoca transformações significativas nas estruturas ocupacionais das populações residentes nas áreas onde ele se manifesta (Fratucci, 2008, p. 62).

Baseada nesta perspectiva, no decorrer das últimas três décadas, a gestão federal do turismo no Brasil tem criado mecanismos para fortalecer seu planejamento e desenvolvimento, através de alternativas que visem promover o município, os investimentos em infraestrutura básica e turística e as regiões turísticas, fortalecendo, assim, os destinos indutores¹ do país (Endres, 2012).

Diante desse quadro, a política nacional de turismo se estruturou e a regionalização² foi evidenciada, assumindo uma posição de protagonista e reforçando o processo de participação efetiva dos órgãos e agentes públicos e privados, municipais e estaduais. Essa atitude de cooperação por parte do órgão nacional fortaleceu a elaboração de ações públicas específicas de turismo no país. Ademais, em todos os seus programas e ações, a gestão federal reforça a necessidade do envolvimento da população local no planejamento e desenvolvimento da atividade, pois essa característica tende a fortalecer a gestão descentralizada que foi adotada e/ou recomendada pelo Ministério do Turismo. Assim, a

¹ São aqueles que dispõem de infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para o entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011-2014, 2011a, p.23). É relevante mencionar que os principais programas do MTUR implementados no país são: Programa de Municipalização do Turismo- PNMT, Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NE, Programa de Regionalização do Turismo- PRT e o Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

²É o resultado de um processo de planejamento compartilhado em turismo, iniciado em 2003 com enfoque territorial. Segundo (Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016, 2013a) consiste em desenvolver a gestão compartilhada, a partir dos seguintes conceitos: participação, democratização, consensos e acordos entre entes institucionais, econômicos e sociedade civil organizada.

relação que se espera ocorrer entre o turismo e a população local é aquela em que há um benefício mútuo entre ambas as partes, isto é, a participação e o retorno devem ser significativos e oportunos a todos.

Todavia, sabe-se que, em alguns contextos, os agentes locais pouco se articulam ou são inseridos de forma satisfatória e efetiva nas ações desenvolvidas pela gestão pública, mesmo sendo considerados, principalmente nos discursos públicos, essenciais para o desenvolvimento do turismo (Alves, Fonseca, & Alves, 2009; Fratucci, 2008).

Neste contexto, a presente pesquisa, engloba a região prioritária do turismo no Piauí, inserida na Região Turística Polo Costa do Delta, região Norte do Estado, e emerge com o intuito de analisar como a população local está sendo inserida na concepção e implementação das ações públicas para o setor no município de Parnaíba-PI, isto é, incide na perspectiva de conhecer como se materializam, qual a natureza dessas ações e qual sua repercussão junto à população local, uma vez que a Política Nacional de Turismo, a partir da Lei Geral de Turismo Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 considera relevante envolver a população local a ter parte nos benefícios gerados pela atividade turística.

A partir da problemática delineada acima, busca-se nesta investigação responder ao seguinte questionamento: a população local se insere efetivamente nas ações públicas específicas de turismo desenvolvidas em Parnaíba-PI? O estudo também se utiliza de algumas indagações secundárias para responder tal pergunta: Como a população local é inserida no discurso oficial e local? Qual foi a natureza das principais intervenções turísticas realizadas no município que interferiram diretamente a população local no período em análise? Qual a repercussão das principais ações na localidade?

A pesquisa se justifica na medida em que se propõe a desenvolver a análise de um município prioritário para o turismo nacional, enquadrado na categoria de destino indutor. Entende-se ainda que é uma temática relevante para a compreensão do fenômeno turístico, ao se observar o processo de implementação e o acompanhamento das ações dos órgãos públicos competentes (Nóbrega, 2012).

Foram identificados os principais trabalhos entre teses e dissertações nacionais que se relacionam com a análise aqui proposta, listados no quadro 1. Constatou-se que os estudos reiteram a necessidade de inserir a população local nas políticas públicas de turismo. No entanto, não há investigações que abordem especificamente como as ações públicas de turismo englobam esse agente social, a considerar primeiramente o discurso e sua aplicabilidade nos contextos locais, isto é, o ciclo entre a concepção e implementação das mesmas.

Quadro 1: Estudos relacionados à pesquisa

Nº	AUTOR	TÍTULO	TIPO D/T ³	ANO	INSTITUIÇÃO	AREA DE ESTUDO
01	TAVEIRA, Marcelo da Silva	Políticas de Turismo e Comunidade Local no Litoral Potiguar.	D	2008	URFN	Geografia
02	ALVES, Josemery Araújo	Políticas Públicas e as Transformações socioespaciais correlacionadas ao Turismo no Município de Caicó: Uma análise do Período 2000 a 2010.	D	2010	UFRN	Turismo
03	SANTANA, Eliane de Jesus Miranda	Políticas Públicas de Turismo na Ilha do Marajó: Turismo e Apropriação da Paisagem no Município de Soure – Pará.	D	2012	UFPA	Geografia
04	LIMA, Renata Mayara Moreira de	Política de Turismo e Desenvolvimento: Uma Avaliação do Prodetur II em Parnamirim/RN (2005-2012).	D	2013	UFRN	Ciências Sociais
05	SILVA, Maria Majaci Moura da	O Turismo nas Ondas do Litoral e das Políticas Públicas do Piauí.	T	2013	UFMG	Geografia
06	COSTA, Nayla Daniella	O Contexto das Relações entre Turismo e Trabalho Local na Cidade de Delfim Moreira – MG.	D	2015	UNIFEI	Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2017.

Os estudos foram realizados por mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação no Brasil e levantados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo utilizadas as seguintes palavras-chave: “Políticas Públicas de Turismo” e “Políticas de Turismo e População Local”.

A escolha do município de Parnaíba como universo da pesquisa justifica-se pelo fato de a cidade além de ser um destino turístico importante para o Estado do Piauí, localizado no litoral, é também portão de entrada para o Delta do Parnaíba, maior delta em mar aberto das

³ Dissertação/ Tese de Doutorado

Américas, a segunda maior cidade do Estado e o principal núcleo urbano do norte do Estado (Lima, 2009).

Nesse sentido, a investigação pretende analisar se há compatibilidade entre o discurso oficial e a prática, no que se refere ao envolvimento da população nas principais ações desenvolvidas para o turismo local. O estudo poderá fornecer elementos que possam contribuir com a gestão pública local, fazendo com que se torne um espaço mais efetivo. Dito de outra forma, a discussão aqui apresentada pretende contribuir para análise das políticas de turismo a partir do contexto empírico contemplado na investigação localizado no Nordeste brasileiro, o Polo Turístico Costa do Delta/PI.

O objetivo deste estudo consiste em analisar como a população local tem sido inserida na concepção e implementação das ações empreendidas pela gestão pública de turismo em Parnaíba- PI. Para o desenvolvimento foram definidos alguns objetivos específicos: a) Caracterizar a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro; b) Identificar as principais ações que promoveram a expansão da atividade turística no município de Parnaíba/PI e c) Analisar as implicações sociais e econômicas dessas ações sobre a população local.

A dissertação está dividida em quatro seções, a contar da introdução. No segundo capítulo são descritos os procedimentos metodológicos, a caracterização da área e apresenta-se o sistema turístico local a partir dos seguintes aspectos: econômico, demanda e atrativos turísticos, infraestrutura básica, turística e de apoio e gestão local.

Na sequência discute-se sobre a população local na concepção das políticas públicas de turismo, levando em consideração os aspectos introdutórios sobre o Estado (Bauman, 2001; Bobbio, 2012; Dallari, 2000; Hall, 2001; Hall, 1992; Harvey, 2008); as características e perspectivas da participação (Bordenave, 1994; Milani, 2008; Nicoletti, 2013; Putnam, 2006); políticas e programas de turismo no Brasil (Beni, 2006; Cruz, 2000; Endres, 2012; Grimm, Sampaio, Greuel, & Cerveira, 2013; Pimentel & Pimentel, 2011; Solha, 2004); a população local na concepção das políticas e programas de turismo no Brasil e das políticas no âmbito estadual e municipal.

No quarto e último capítulo, intitulado de A população local na implementação das políticas públicas e programas de turismo em Parnaíba-PI, apresenta-se uma discussão teórica sobre a relação população local e o turismo e, posteriormente, são discutidos os resultados da pesquisa de campo realizada, dividida em dois subtópicos: a implementação das políticas e a população local e aspectos socioeconômicos, seguidos das considerações finais, referências e apêndice.

Este estudo, portanto, permitiu verificar que não se pode afirmar que a população local se insere efetivamente nas ações públicas específicas de turismo em Parnaíba, tampouco se pode afirmar que há compatibilidade entre o discurso oficial e a prática. Percebe-se assim, que a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro não sofreu mudanças significativas ao longo dos anos, apenas surgem no discurso oficial dando ênfase a determinados aspectos, no entanto, entende-se que as ações em conjunto, auxiliaram a execução de diferentes ações na localidade que se repercutiram junto à população local.

Em síntese, observa-se que população local precisa ser considerada como um recurso indispensável no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, sendo reconhecida como tal, tendo em vista que é um elemento de valor junto à sua prática.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos realizados na pesquisa, a caracterização da área e o sistema turístico local, a partir dos seguintes aspectos: econômico, demanda e atrativos turísticos, infraestrutura básica, turística e de apoio e gestão local.

2.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido, a partir da realidade empírica, na qual foram consideradas as principais ações de turismo que direta e indiretamente envolveram a população local, sujeito da presente pesquisa.

A abordagem metodológica é qualitativa e busca seu significado nas práticas e opiniões dos sujeitos abordados na pesquisa, por ser esse enfoque o mais adequado para o estudo, tendo em vista que a quantificação inviabilizaria seu desenvolvimento.

Entende-se que a abordagem qualitativa é considerada uma entre as várias possibilidades de estudar os fenômenos sociais que envolvem os seres humanos e suas relações (Godoy, 1995). Uma de suas características é possibilitar a aproximação entre o pesquisador e o objeto de estudo e permitir que aquele explore novos enfoques de maneira heurística (Tuzzo & Braga, 2015).

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, realizou-se um estudo exploratório, do tipo bibliográfico, documental e de campo, o qual teve a função de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias que podem subsidiar estudos posteriores (Gil, 1994).

A pesquisa foi desenvolvida na zona urbana de Parnaíba. A área foi selecionada pela incidência dos investimentos turísticos realizados no município, no contexto do Estado do Piauí, uma vez que foi definido pelo Ministério do Turismo (MTUR) como um Destino Indutor do Turismo Regional.

O recorte temporal da análise está compreendido entre os anos de 2010 a 2016, período em que foram efetivadas ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste-PRODETUR/NE no município de Parnaíba relacionadas a Estudos e Projetos e Saneamento Básico e demais investimentos turísticos derivados do Programa de Aceleração do

Crescimento- PAC, Contratos de Repasse do MTUR e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC.

A pesquisa possui natureza descritiva e explicativa, uma vez que o objeto exige a análise de possíveis conflitos que se desenvolvem em um ambiente de interesses divergentes, isto é, problematiza a discussão da temática. A fim de responder ao questionamento central da pesquisa e desenvolvê-la foram adotados os seguintes procedimentos:

-Pesquisa bibliográfica: realizada em todas as etapas do processo investigativo, a partir do material disponível sobre a temática em questão (Appolinário, 2004), tais como: livros, dissertações, teses e *papers* nacionais e internacionais, nas seguintes bases de dados: Base Digital de Teses e Dissertações- BDTD, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN, Periódicos Capes, Scielo, Redalyc e Dialnet e portais Institucionais: BID, BNB, MTUR, INFRAERO, PAC, IBGE, Governo Federal e Estadual e da Prefeitura Municipal de Parnaíba.

-Pesquisa documental: realizada inicialmente em função do primeiro objetivo específico a partir do levantamento dos documentos mais relevantes referentes às políticas de turismo no âmbito federal, estadual e municipal como: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste de 1994; Plano Nacional de Turismo, versões 2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016; Programa de Regionalização do Turismo, versões 2004 e 2013; Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, versões 2008 e 2009; Lei Geral do Turismo Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional, versão 2010; Documento Referencial do Turismo versões 2007- 2010 e 2011-2014; Acervo Institucional da Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN); Secretaria de Turismo do Piauí (SETUR); Superintendência Municipal de Turismo (SUPTUR); Relatório das ações desenvolvidas pela Superintendência de Turismo de Parnaíba e pelo Conselho Municipal de Turismo e Relatórios do PRODETUR/NE no Estado do Piauí por meio da análise descritiva.

No que se refere ao levantamento dos investimentos que efetivamente contribuíram para a promoção do turismo local, foram observados quais componentes foram alvos da aplicação de tais recursos, bem como a natureza e a esfera de governo que teve mais expressividade nos investimentos realizados, sendo realizado um levantamento sistemático das nomenclaturas comunidade, população local e sociedade, observando atentamente as palavras associadas aos termos, com o intuito de analisar como são inseridas no discurso oficial.

No presente estudo, foi adotado a nomenclatura população local, por entender que é um termo que engloba os demais e ressalta o aspecto da heterogeneidade que possui, sendo,

portanto, um conceito complexo e de muito interesse para a atividade turística, tanto ao que está relacionado ao aspecto prático, quanto à investigação do fenômeno e sua implicação nos destinos em que ocorre.

-Aplicação de questionários: A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de 4 a 6 de julho de 2016, através da aplicação de questionários junto à população em geral, pois não se pretendeu eleger nomeadamente categorias/classes, bem como sua representatividade social no contexto, apenas considerá-las e ponderar sua percepção em relação à temática abordada. Dito de outra forma, foram englobados membros da sociedade civil e demais indivíduos pertencentes à coletividade do contexto, tais como: empregadores, funcionários, encarregados, empreendedores, autônomos, políticos, associações e cooperativas públicas e privadas. Os critérios escolhidos para selecionar os participantes foram: proximidade e/ou tangência às principais intervenções realizadas no destino, tempo mínimo de residência de pelo menos 5 anos e idade mínima de 23 anos.

É oportuno mencionar que também foi realizada uma entrevista com o Superintendente de Turismo Marcos Fonteles, Coordenadora Geral de Projetos e Programas Turísticos Myllena Caetano, Diretora de turismo da Superintendência de Turismo Bruna Lima, equipe que forneceu alguns relatórios administrativos utilizados durante a pesquisa para a elaboração do tópico 3.5, bem como entrevista com dois componentes do Conselho Municipal de Turismo-COMTUR: Rodrigo Melo representante do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí- UFPI (membro 1) e Werlane Magalhães representante da ONG Tartarugas do Delta (membro 2).

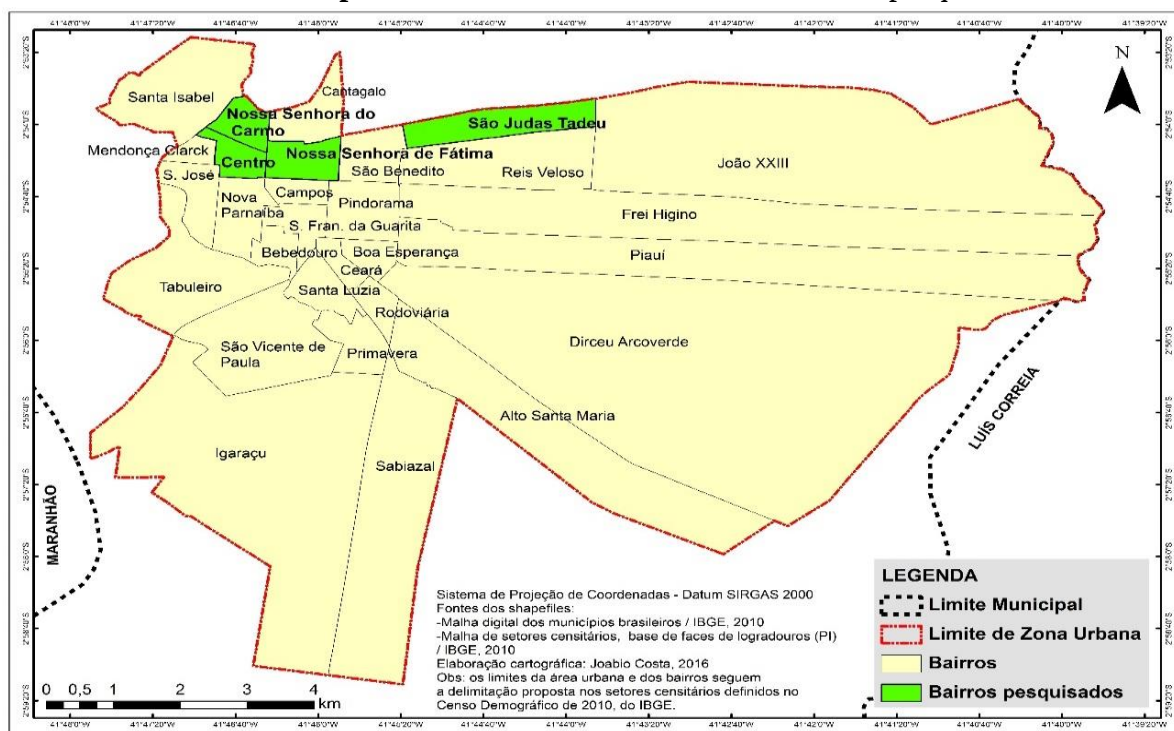
A natureza dos dados é derivada das seguintes modalidades: gabinete-leitura dos documentos oficiais e campo com a aplicação dos questionários junto à população local. A estratégia da pesquisa é um estudo de caso, pois analisou-se como a dinâmica da atividade se desenvolve no contexto em destaque. Para tanto, os questionários aplicados como instrumento de pesquisa, contavam com um total de 15 questões abertas, fechadas e semiabertas (vide Apêndice).

A escolha desse instrumento de coleta de dados levou em consideração a funcionalidade do pesquisador ao abordar o público-alvo da pesquisa de forma a manter a centralidade das perguntas e respostas, sem que haja a necessidade de incorrer sucessivamente a interferências bruscas e alheias ao interesse central das perguntas realizadas.

O município abordado possui um total de 145.705 mil habitantes (IBGE, 2010). Realizou-se então uma divisão da população local considerando os trinta (30) bairros existentes no município, sendo escolhidos para o propósito da pesquisa os bairros com maior

incidência de investimentos turísticos entre os demais: Nossa Senhora do Carmo – 2.300; Nossa Senhora de Fátima – 2.361; Centro – 1.069 e São Judas Tadeu – 2.129, localizados sobretudo na região central da cidade. Conforme podem ser localizados no mapa 1.

Mapa 1: Bairros de Parnaíba considerados na pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Para a realização do cálculo do tamanho da amostra, a técnica estatística utilizada foi Amostragem Aleatória Estratificada com Alocação Proporcional. Este tipo de plano amostral se caracteriza por dividir a população em partes mais homogêneas comparadas à população em geral. Em seguida foi retirada uma amostra simples das populações para cada um dos bairros, determinando o tamanho da amostra proporcionalmente ao tamanho da população por bairros (Bolfarine & Bussab, 2005).

Para o tamanho da amostra foi atribuído um $\alpha=10\%$ e margem de erro de 0,10. Como a proporção era desconhecida foi atribuído um $p=0,5$. Deste modo, a amostra consiste na seguinte proporção:

Estrato 1: Nossa Senhora do Carmo - 24

Estrato 2: Nossa Senhora de Fátima - 24

Estrato 3: Centro - 11

Estrato 4: São Judas Tadeu- 22

A fim de identificar o tamanho da amostra partiu-se do pressuposto denominado tamanho da amostra com alocação proporcional, sendo utilizada a seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sum_{h=1}^H \frac{N_h^2 \cdot p_h \cdot \hat{q}_h}{w_h}}{\frac{N^2 E^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{h=1}^H N_h \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h}$$

$$W_h = \frac{N_h}{\sum_{k=1}^H N_k} = \frac{N_h}{N}$$

Onde:

N – tamanho da amostra, neste caso tamanho da população para os bairros estudados;

p – proporção da população para cada um dos bairros;

q = 1 – p ; diferença de 1 menos a proporção da população para cada um dos bairros;

w – peso para cada um dos grupos;

h – cada um dos bairros, neste trabalho foram utilizados 4;

N_k – População para cada um dos bairros estudados;

E – Erro para cálculo da amostra;

Z_{α/2}² – Valor da distribuição normal, que considera os dados independentes e identicamente distribuídos, considerando o erro de 10%.

Após calculada o tamanho da amostra, a alocação para cada um dos bairros foi realizada com base no tamanho da população de cada um deles, com a fórmula da alocação proporcional:

$$nh = \frac{NH}{\sum_{h=1}^H w_h} \cdot w_h$$

Sendo:

nh – tamanho da amostra para cada um dos bairros;

NH – tamanho total da amostra, no caso 81;

wh – o peso para cada um dos grupos, no caso bairros.

O tamanho da amostra é de 81 pessoas, alocadas em quatro estratos, no qual foi utilizado o software estatístico R, para seu cálculo. Entretanto a seleção dos entrevistados foi realizada por amostragem por conveniência.

Foram analisados os questionários aplicados junto à população local, sem o auxílio de software, contudo foi utilizado o programa *Excel* para a elaboração dos gráficos. O objetivo desse instrumento de pesquisa foi observar a repercussão das principais ações de turismo desenvolvidas no município em questão. A fim de que haja uma maior compreensão da estrutura metodológica da pesquisa, foi elaborado um quadro teórico com os principais momentos da análise, conforme pode ser observado no quadro 2:

Quadro 2: Quadro Metodológico

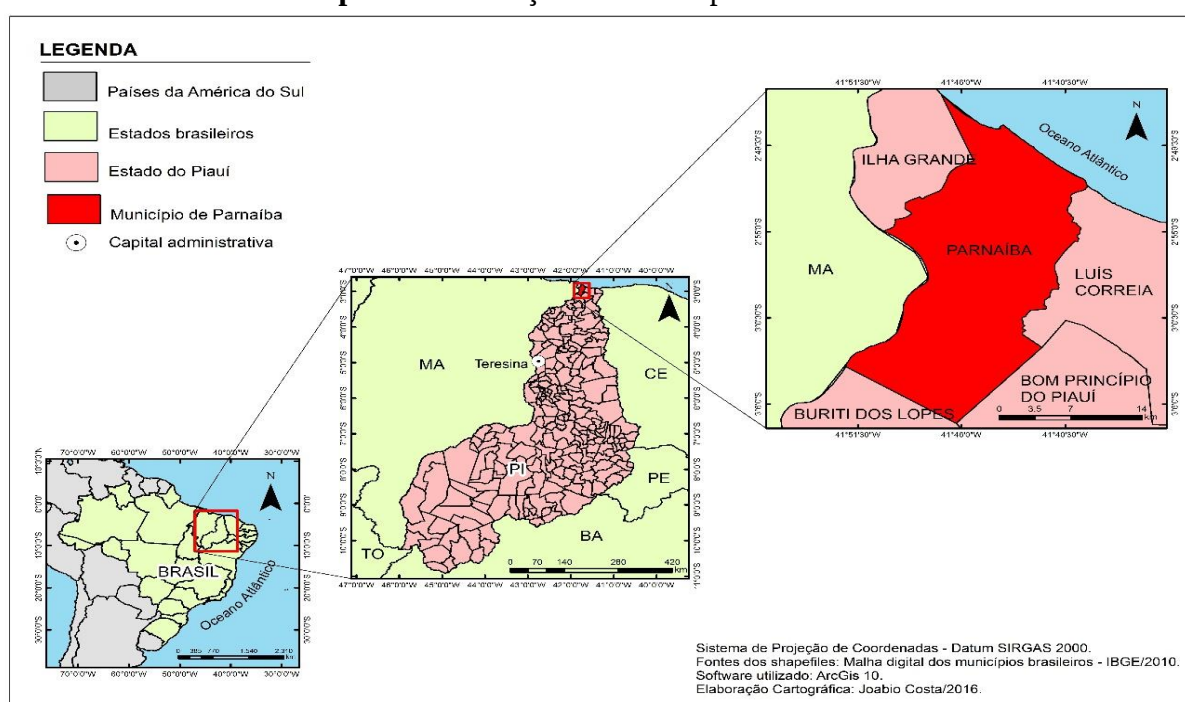
QUESTÃO/ PROBLEMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	FONTE	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS
Problema: Existência de uma divergência entre os documentos oficiais e a realidade da atividade turística no que se refere à inserção da população local. Questão: A população local se insere efetivamente nas ações públicas específicas de turismo desenvolvidas em Parnaíba-PI?	Analisar como a população local tem sido inserida na concepção e implementação das ações empreendidas pela gestão pública de turismo em Parnaíba- PI.	Caracterizar a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro;	Pesquisa Documental	*Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste de 1994; *Plano Nacional de Turismo, versões 2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016; *Programa de Regionalização do Turismo versões 2004 e 2013; *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, versões 2008 e 2009; *Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional, versão 2010; *Lei Geral do Turismo Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; *Documento Referencial do Turismo versões 2007- 2010 e 2011-2014.	Análise descritiva
		Identificar as principais ações que promoveram a expansão da atividade turística no município de Parnaíba-PI;	Pesquisa Documental	*Acervo Institucional da SEPLAN, SETUR e SUPTUR; * Relatório das ações desenvolvidas pela Superintendência de Turismo de Parnaíba; *Relatórios do PRODETUR/NE no Estado do Piauí; *Portais Institucionais: BID, BNB, MTUR, INFRAERO, PAC, IBGE e Governo Federal e Estadual e Prefeitura Municipal de Parnaíba.	Análise descritiva
		Analisar as implicações sociais e econômicas dessas ações sobre a população local.	Aplicação de questionários	*Superintendente de Turismo *Equipe da Superintendência de Turismo *Componentes do Conselho Municipal de Turismo *População Local dos bairros: Nossa Senhora do Carmo; Nossa Senhora de Fátima; Centro e São Judas Tadeu.	Tabulação dos dados/ Análise descritiva

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ESTUDO

O município de Parnaíba foi elevado à categoria de cidade em 14 de agosto de 1844 e está localizado no extremo Norte do Estado do Piauí, distando 339 km da capital, Teresina. É banhado pelo Rio Igarauçu, considerado o primeiro braço do Delta do Parnaíba e pelo Oceano Atlântico. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; Sul: Buriti dos Lopes; Leste: Luís Correia e Oeste: Ilha Grande do Piauí (Prefeitura, 2016). Conforme pode ser observado no mapa 2:

Mapa 2: Localização do Município de Parnaíba



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Possui área de 439,5 km², densidade demográfica de 331,58 hab/km² (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010) e uma população de 145.705 habitantes (IBGE, 2010), com crescimento de 0,97% entre os anos de 2000 e 2010 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

O município possui um PIB per capita de R\$ 9.247,53 (IBGE, 2013) e IDHM de 0,687 (IBGE, 2010), com crescimento de 25,82% entre os anos de 2000 e 2010, tendo na Educação o indicador que mais contribuiu para o aumento dessa taxa, seguido por Longevidade e Renda (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

Em relação à quantidade de pessoal ocupado, o município, dispõe de um total de 20.074 pessoas, das quais 16.928 são assalariadas. O salário médio mensal é de 1,8 salários mínimos, sendo que as receitas orçamentárias derivadas do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza- ISS somam um valor de R\$ 11.388, 00 (IBGE, 2014). As principais atividades econômicas são: agropecuária com apenas três por cento (3%), indústria com dezessete por cento (17%) e prestação de serviços com oitenta por cento (80%) do PIB municipal (IBGE, 2013).

Parnaíba participa do Roteiro Rota das Emoções que integra os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, coordenado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. De acordo com Sebrae (2015), o Roteiro tem o objetivo de promover mais competitividade às empresas diretamente ligadas ao setor turístico, a exemplo dos meios de hospedagem, serviços de alimentação, transportes, agências de viagens, artesanato, dentre outros.

Os programas nacionais vigentes na Superintendência de Turismo de Parnaíba são: Programa de Regionalização do Turismo – PRT e o Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores. De acordo com a gestão local, essas ferramentas tendem a melhorar a visibilidade do destino e servem para acompanhar o desempenho da atividade, isto é, os indicadores que fomentam o planejamento do turismo no local.

É importante destacar, que o município foi contemplado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste – PRODETUR/NE entre os anos de 2000 e 2012. No período em que recebeu os investimentos do referido programa, o município se destacou frente aos demais, pois foi atuante e aceitou passivamente as intervenções a ele destinadas.

Outro dado relevante para o contexto da pesquisa está relacionado à existência de um Conselho de Turismo deliberativo. Segundo informações do superintendente, Marcos Fonteles, as ações desenvolvidas pela Superintendência de Turismo de Parnaíba ainda são consideradas medidas emergenciais, uma vez que a gestão da atividade é carente de elementos que interferem no desenvolvimento do turismo no local, especialmente no que se relaciona aos recursos financeiros disponíveis para a implementação das ações planejadas.

A superintendência dispõe de projetos já elaborados, mas os recursos são escassos, o que impede a realização de tais projetos. Outro aspecto observado junto à gestão local diz respeito à falta de associativismo e cooperativismo entre o *trade* turístico local, bem como a ausência de um plano turístico de longo prazo que tenha o objetivo de projetar ações para o segmento de forma sistemática.

2.2.1. Sistema Turístico Local

A localidade de Parnaíba é considerada um polo de grande potencial turístico e faz parte da Rota das Emoções sendo, portanto, porta de entrada do Delta do Rio Parnaíba, Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. No entanto, a prefeitura do município não possui pesquisas sobre o perfil e a caracterização da demanda turística que visita a cidade. Em nível estadual, nota-se que existe uma iniciativa de realizar esse levantamento, porém não há uma manutenção de parâmetros metodológicos e continuidade que permita analisar e caracterizar o perfil e o comportamento do turista.

De acordo com os últimos levantamentos do Sebrae (2015), o perfil do turista que visita os municípios pertencentes à Rota das Emoções, possui origem brasileira, proveniente em sua maioria da região Nordeste do país, com faixa etária entre 26 e 35 anos, do sexo masculino, casado e com nível superior completo, sendo os atrativos naturais locais os principais fatores motivadores da viagem. Viajam geralmente no período das férias, acompanhados da família, com um roteiro próprio. A viagem normalmente tem duração de 5 a 7 dias. É relevante mencionar que Parnaíba é um dos destinos mais relevantes da Rota (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções, 2014).

Os atrativos turísticos de Parnaíba podem ser agrupados em: ecológico, histórico e cultural. No grupo ecológico estão contemplados: Delta do Parnaíba, único das Américas que deságua em mar aberto, composto por ilhas e igarapés; Lagoa do Portinho, atrativo turístico muito conhecido na região; e a Praia Pedra do Sal, única praia do município e de expressiva beleza cênica.

Em relação ao atrativo histórico destacam-se: Porto das Barcas, local de relevância histórica para a cidade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Praça Santo Antônio, uma das praças mais antigas da cidade, também tombada pelo IPHAN; Praça da Graça e a Catedral de Nossa Senhora das Graças, construída no período colonial; Casarão Simplício Dias, construção do século XVIII de arquitetura colonial portuguesa, a qual foi o centro administrativo e financeiro de Parnaíba na época do Brasil império; Museu do Trem e Maria Fumaça, antiga Estação central do trem de Parnaíba inaugurada no ano de 1920 e única locomotiva a vapor do Piauí a fazer parte da memória ferroviária nacional.

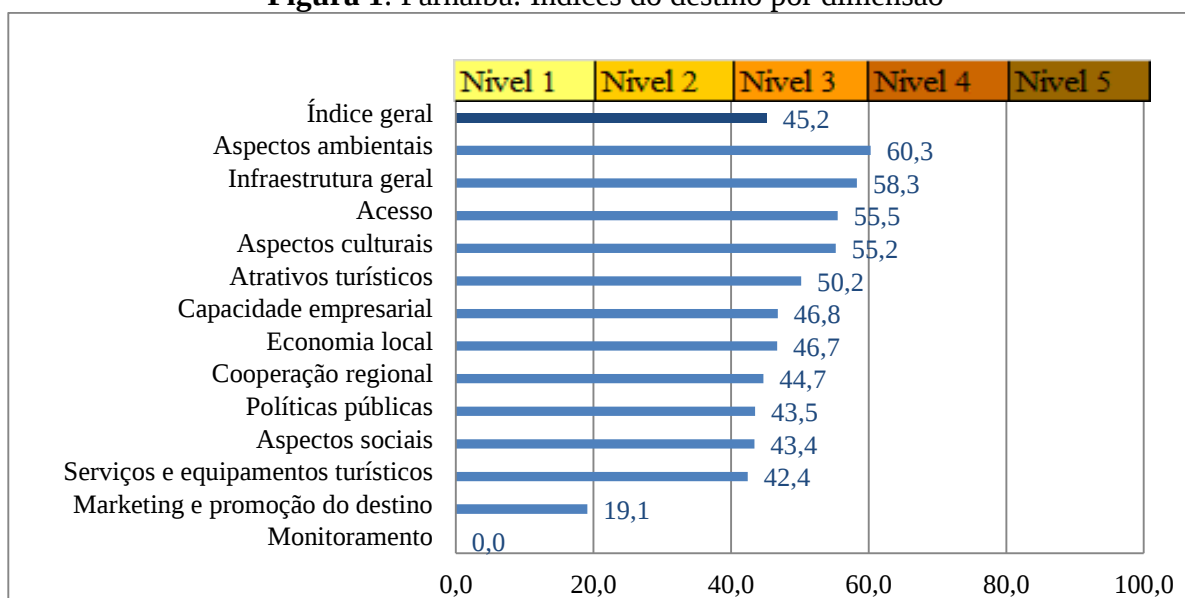
Quanto ao aspecto cultural os atrativos são: Beira Rio, avenida que margeia o Rio Igarauçu, na qual há uma grande concentração de bares, pizzarias e restaurantes que oferecem a culinária regional.

Parnaíba é um destino indutor e foi elevado a esta categoria juntamente com os municípios de Teresina, capital do Estado e São Raimundo Nonato no ano de 2007, tornando-

se deste modo mais visível no contexto nacional. No aspecto da infraestrutura, o destino encontra-se no nível 3, em uma escala que varia entre 1 a 5⁴, nas seguintes dimensões: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais, aspectos culturais.

Em relação ao resultado obtido pelo município, percebe-se que pode ser considerado satisfatório, porém essa avaliação não atribui à localidade grandes vantagens competitivas em relação aos demais destinos indutores do país, sendo necessário, um maior desenvolvimento nas políticas e ações que abranjam os temas avaliados nestas dimensões, de forma a elevar seus níveis de competitividade (Índice de Competitividade do Turismo Nacional, 2015). Conforme pode ser observado na figura 1:

Figura 1: Parnaíba: Índices do destino por dimensão



Fonte: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015

O município está inserido na Região Turística denominada Polo Costa do Delta composta por 5 municípios: Parnaíba; Cajueiro da Praia; Ilha Grande; Luís Correia e Buriti dos Lopes, constituindo-se como uma área relevante para a prática do turismo no Estado, composta por municípios que, caracteristicamente, possuem recursos naturais típicos dos segmentos ecológico de Sol e Praia.

⁴ Segundo o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2011b, p. 5), são cinco os níveis analisados pelo estudo e consistem nas seguintes características: Nível 1: de 0 a 20 pontos -apresentam deficiência em relação à determinada dimensão; Nível de 2: de 21 a 40 pontos – possui uma situação mais favorável do que a anterior, porém com ressalvas; Nível 3: de 41 a 60 situação regularmente satisfatória; Nível 4: de 61 a 80 pontos - existência de condições adequadas para atividades turísticas; Nível 5: de 81 a 100 pontos - corresponde ao melhor posicionamento que um destino pode alcançar em uma dada dimensão.

Parnaíba abriga dois importantes campos de universidades públicas do Estado do Piauí: Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí – UESPI, dentre outras instituições que ofertam cursos do ensino superior privadas. É oportuno destacar que o curso de turismo oferecido pela UFPI possui uma postura mais dinâmica em relação às demais instituições que o disponibilizam. Ademais, existem faculdades e cursos técnicos públicos e privados nas áreas de turismo, hotelaria e gastronomia (Brasil, 2014).

Atualmente o município dispõe de um aeroporto denominado Aeroporto Internacional de Parnaíba - Prefeito Dr. João Silva Filho, o qual possui uma empresa aérea em operação no momento (Azul Linhas Aéreas), operando voos comerciais, com três frequências semanais para as cidades de Teresina e Fortaleza.

O transporte por estrada é o meio de deslocamento mais utilizado, bem como o mais desenvolvido (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota da Emoções, 2014). Outro dado relevante é que o município também possui investimentos privados na área de energia eólica, tendo turbinas instaladas nas imediações da praia Pedra do Sal.

Embora não existam dados precisos sobre a quantidade e capacidade dos estabelecimentos do setor de alojamento, pode-se afirmar que Parnaíba, representa quinze por cento (15%) desse serviço e dezoito vírgula seis por cento (18,6%) do total de leitos disponibilizados na Rota das Emoções (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota da Emoções, 2014). De acordo com a prefeitura municipal são 79 restaurantes, com capacidade para 272 pessoas, dos quais foram cadastrados apenas 4; há ainda sete agências de turismo.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções, (2014), são 27 os hotéis cadastrados no CADASTUR, porém em outros registros o número aumenta para 29, possuindo, 633 unidades habitacionais e 1365 leitos, formadas por pequenos hotéis e pousadas, com administração majoritariamente familiar nas categorias econômica ou luxo.

A gestão da atividade no município atualmente está sob a responsabilidade da Superintendência de Turismo, formada por uma equipe reduzida de quatro (4) turismólogos que tratam diariamente de questões relacionadas às deliberações e o desenvolvimento da atividade, que esteve vinculada à Secretaria de Turismo e Esporte do município até o ano de 2012. De acordo com informações da Prefeitura (2016), o órgão possui as seguintes atribuições:

- Planejar, elaborar, acompanhar e coordenar a execução da política de desenvolvimento da área de Turismo do município;

- Elaborar e implementar as diretrizes que objetivam fomentar o desenvolvimento do potencial turístico do município;
- Promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do município;
- Viabilizar o financiamento de projetos e iniciativas relativas à promoção de eventos na área de turismo;
- Criar sistemas de parceria com as empresas privadas para a execução de atividades turísticas;
- Promover o intercâmbio de ações na área de turismo com outros municípios, estados, órgãos federais e instituições internacionais;
- Articular, com os setores público e privado, as ações de interesse do município na área de turismo;
- Propor a política de turismo integrada às demais políticas públicas do município;
- Exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições;
- Captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;
- Contribuir para o fortalecimento do Consórcio Público firmado entre os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão.

Se observa que não há atribuição voltada ao envolvimento da população local nas deliberações concernentes à gestão da atividade no município, aspecto que se reverbera de forma negativa na forma como a prática se propaga e/ou se repercute no contexto, isto é, a probabilidade de que o processo de emancipação da atividade no local esteja comprometido e/ou restrito a alguns agentes sociais é maior, inviabilizando, portanto, a sustentabilidade do segmento e a difusão dos benefícios a uma maior parcela de indivíduos direta e indiretamente associados a ele.

Os segmentos turísticos de destaque são: o ecoturismo e Sol e Praia. O ecoturismo é um segmento que encontra no patrimônio natural e cultural e na conservação, o bem-estar das populações que são afetadas pela atividade, bem como daqueles que visitam as destinações. Em relação ao Turismo de Sol e Praia, se desenvolve por meio de atividades turísticas relacionadas à contemplação, entretenimento/recreação e repouso em áreas de praias.

3 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

O presente capítulo abordará questões relacionadas aos aspectos introdutórios sobre o Estado e a gestão participativa, tendo em vista que são conceitos relevantes para compreender a estrutura das ações que dinamizam a prática da atividade turística nos diversos espaços governamentais existentes, seja nacional, estadual e municipal, bem como a dinâmica estabelecida entre discurso oficial e a prática no que concerne à população local, tendo em vista que tal dinâmica se configura como um componente relevante na estrutura da atividade nos quesitos de gestão, planejamento e operacionalização.

3.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O ESTADO: CONCEITOS E PROCESSOS

A atuação do Estado na sociedade iniciou-se na Idade Antiga e para alguns autores essa instituição se apresenta como sendo um pacto de importância coletiva. O Estado pode ser entendido como um ordenamento político de determinada comunidade. Deste modo, apresenta de forma organizada a representatividade característica do contexto e confere poder àquela a partir dos aspectos que a posição lhe é dada.

Ao longo dos anos, o Estado assumiu diversos atributos passando de uma característica centralizadora e detentora a uma condição democrática e mais participativa. Neste contexto, entende-se que é uma instituição ideológica que se desenvolve entre governantes e governados.

Por constituir-se em ferramenta relevante no contexto social e estar relacionado ao direito público bem como ao ordenamento jurídico que não pode ser separado da sociedade e das relações estabelecidas e, no momento em que foi constituído, detinha todo o poder e era muito influente.

Um aspecto característico da sua estrutura pode ser percebido a partir do interesse que esta instituição provoca nos indivíduos em virtude do poder concebido socialmente, embora, apresente uma variedade de pontos de vista na sua abordagem teórica. É sabido que as literaturas remetem a constituição do Estado ao contexto moderno.

Deste modo, “o Estado Moderno nasceu absolutista e durante alguns séculos todos os defeitos e virtudes do monarca absoluto foram confundidos com as qualidades do Estado” (Dallari, 2000, p. 275), isto é, a personalidade característica da instituição não era dissociada dos atores responsáveis por conduzi-la. Contudo, em meados do Século XX, os episódios sociais reafirmaram seu aparecimento (Hall, 1992).

Outra atribuição do Estado é a característica pública, constituída como um direito natural e um requisito de contrato social, sendo necessário observar a questão da função e do poder da instituição, problematizados nas ciências humanas (Silva, 2014). Assim, a estrutura social reforça o caráter institucionalizado do Estado no contexto em que está inserido, uma vez que se entende que este é imbuído de interesses associados às governanças locais.

A instituição estadual possui um caráter representativo na sociedade e se constitui em elemento de destaque na estrutura social através dos indivíduos que dela fazem parte, o que reforça a necessidade de atender aos anseios da demanda através dos atributos a ele conferidos: econômico, social e político.

Segundo Bobbio (2012), “o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos”. Neste contexto, o Estado é considerado um subsistema de um sistema maior que congrega em seu interior uma diversidade de características derivadas dos inúmeros segmentos sociais estabelecidos no território e que por seu turno admite uma complexidade a partir da sua composição, isto é, pode ser entendido como uma estrutura imbuída de interesses convergentes.

Neste sentido, é importante considerar que o Estado é um elemento de interesse tanto da filosofia política bem como da ciência política, ou seja, pode ser estudado por diversos enfoques. Assim sendo, as abordagens dadas na sua análise evidenciam no primeiro momento uma atribuição funcionalista à estrutura em relação ao aspecto conservador, estando atrelado a um padrão no ordenamento social.

Segundo Bobbio (2012), “a análise do Estado se resolve quase totalmente no estudo dos diversos poderes que competem ao soberano. A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo, o judiciário) e das relações entre eles”. Assim sendo, pode ser entendida como uma extensão da teoria do poder, tendo em vista que se apoia na distribuição tripartite, estando os poderes relacionados aos meios em que o processo se desenvolve, à capacidade assumida perante o todo e à influência irradiada no espaço entre os atores e/ou sujeitos envolvidos.

O papel do Estado no turismo se fortalece ao entender-se que compete ao mesmo desenvolver, elaborar e implementar as políticas públicas e o planejamento do setor, pois é de sua responsabilidade fornecer subsídios que possam ser utilizados para o seu desenvolvimento em função da prática da atividade e do envolvimento dos agentes sociais nas diversas esferas estabelecidas.

No contexto do Estado neoliberal, o papel do Estado nas políticas de turismo passou da função de benefício comum, para uma perspectiva corporativista evidenciando a eficiência do investimento (Hall, 2001), isto é, aceitou passivamente uma desregulamentação das atividades comerciais e maior fluidez dos serviços privados, isso porque passa a ter menor centralização, em virtude de uma descentralização do poder e consequentemente menor interferência no desmembramento daquelas. Essa situação repercutiu de forma significativa nas atividades sociais estabelecidas, sobretudo na atividade turística.

Segundo Dagnino (2004, p. 95), “a implantação em âmbito global do projeto neoliberal trouxe profundas consequências para as sociedades latino-americanas”. Esse quadro se reverberou de forma significativa na reestruturação do Estado e da economia, impactando na cultura política dos países. É relevante considerar, que essa nova estrutura está diretamente associada a uma maior fluidez da iniciativa privada e a consequente redução na atuação da esfera pública nas áreas sociais prioritárias, isto é, existe o entendimento de que essa reestruturação eximiu a liberdade política do Estado em função dos novos poderes globais externos a ele, sendo considerada rápida e impiedosa (Bauman, 2001).

O Estado Neoliberal pode ser uma forma política instável e contraditória, uma vez que a teoria se distancia da prática estabelecida nos diversos âmbitos sociais e reflete um desenvolvimento geográfico desigual em função das instituições, poderes e funções daquele (Harvey, 2008). Neste contexto, as políticas públicas revelam a estrutura da gestão desenvolvida em dada localidade, porém, percebe-se que a democracia no contexto do neoliberalismo se estabelece de forma processual e não substancial, interferindo, portanto, no resultado das ações e/ou atividades desenvolvidas pela gestão.

De acordo com Harvey (2008, p. 12)

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres de mercados e livre de comércio.

Portanto, o papel do Estado no neoliberalismo é criar e permitir a viabilidade de uma estrutura consistente que favorece o acesso ao direito à propriedade individual em função das práticas sociais desenvolvidas, devendo ser responsável por atividades que não ultrapassem suas capacidades institucionais. Para Harvey (2008), o Estado deve intervir de forma mínima,

uma vez que não possui informações mercadológicas suficientes e que estão condicionadas aos poderosos, podendo deste modo, interferir nas intervenções em benefício próprio.

De acordo com Harvey (2008, p. 86), “por trás dessas grandes mudanças das políticas sociais estão importantes mudanças estruturais na natureza da governança”, isto é, as demandas passam a ter novos contornos em função da dinâmica local. A partir das considerações do autor, entende-se que o processo de mudança na estrutura da governança está posta na forma como são tomadas as decisões políticas, sociais e econômicas, ao processo de acumulação do capital bem como às relações constituídas entre as classes dominantes.

O neoliberalismo tem ameaçado constantemente a independência do serviço público desenvolvido pelo Estado e a relação entre as questões corporativistas e a fronteira estadual tem sido caracterizada como porosa, aspecto que reforça a sobreposição das questões que envolvem dinheiro em detrimento da democracia representativa (Harvey, 2008).

Percebe-se que, no contexto do neoliberalismo existem controvérsias relacionadas ao monopólio do Estado ao desenvolver suas competências e ao fracasso do mercado (Bobbio, 2012). Esta situação pode ser compreendida a partir do momento em que se observa a ação limitada que aquele possui, haja vista que poderia ser alterada caso ocorra uma maior intervenção a partir das características a ele pertencentes como coordenação, fiscalização e regulação desenvolvidos através do planejamento realizado.

É importante destacar, que o termo Estado abrange todo o aparato por meio do qual o governo exerce seu poder. Nesta perspectiva, “o poder pode ser conceituado como um conjunto de autoridades com suas próprias preferências e capacidades para influenciar a política pública” (Hall, 2001, p. 183). Esse quadro apresenta a complexidade existente na relação entre o poder público e a sociedade civil, pois compete ao mesmo atuar em benefício comum, tendo em vista que sua função está relacionada ao fomento da prática da atividade turística e contribui de forma significativa ao contexto em que se estabelece.

Para tanto, observa-se que o Estado na condição de administrador do território, deve ser entendido como uma ferramenta que pode amenizar ou não os conflitos existentes em seu interior. O entendimento dessa situação repousa na lógica de que cada agente envolvido no processo se alia aos demais com o intuito de reforçar a soberania do poder em detrimento das necessidades da demanda social, mesmo não sendo uma prioridade naquele momento, ou seja, o contexto requer a administração de influências.

Como o Estado é composto pela hierarquia de poderes e o desenvolvimento de influências, faz-se necessário considerar que é composto pelo desmembramento das ações e competências que cada órgão possui. Contudo, a divisão dos papéis se estabelece em função de

um maior posicionamento do Estado na estrutura social e reflete a variedade de atribuições que o mesmo possui no contexto.

Assim, a abordagem institucional no estudo do Estado está interessada em questões relacionadas à institucionalização de procedimentos, às ações governamentais e ao efeito das instituições sobre os atores ou o conteúdo das decisões políticas tomadas (Arretche, 2007), tendo em vista que, para a elaboração das políticas públicas, as arenas e as agendas precisam estar formatadas a fim de que haja o processo decisório.

É preciso considerar que a atuação do Estado está relacionada ao contexto no qual está inserido, tendo em vista que este é composto por relações de poder e influência entre os agentes por ele afetados. Deste modo, o Estado tem o dever de agir em benefício mútuo ainda que existam interesses contraditórios, utilizando-se de estratégias para contê-los.

Contudo, a instituição acompanha o desenvolvimento dos processos sociais ao longo dos anos e mantém a estrutura jurídica, hierárquica e processual diante do sistema maior concebido, mesmo alterando as formas de performance e das relações desenvolvidas, uma vez que se entende que no formato atual se abstém de algumas atribuições específicas para agir como mentor e fiscalizador dessas relações.

Para Harvey (2008, p. 21), “o Estado transformou-se, na verdade, num campo de força que internalizou relações de classe”. No entanto resulta em um conceito complexo que na medida do tempo sofre interferências internas e externas a ele em virtude da representatividade que assume no contexto social.

No Brasil, diversas mudanças foram implementadas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Dentre eles, a gestão participativa e democrática. Entende-se que a democracia é um conceito constitucional que se configura como uma ordem jurídica na qual a participação se torna um princípio inerente.

3.2 CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO

O termo participação pode ter origem na Idade Clássica, especificamente no contexto grego, aspecto que reforça a existência da democracia, porém, mesmo tendo essa conotação, observa-se que não foi capaz de despertar nos cidadãos a participação política, uma vez que todos tinham o direito de participar, mesmo que este não implicasse em participação ativa, já que o silêncio poderia representar uma aceitação da parte dos indivíduos (Nicoletti, 2013).

Para entender a temática é necessário observar que existem tipos de participação e que por seu turno refletem decisões que podem ser distribuídas em níveis. Segundo Bordenave (1994), as maneiras de participar são: de fato, espontânea, imposta, voluntária, provocada e concedida. Ainda de acordo com autor (1994, p. 25), “se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participa verdadeiramente”.

A participação pode ser considerada uma necessidade instrumental e contemporânea que se desenvolve a partir dos aspectos de organização coletiva de determinado grupo com o objetivo de intervir conscientemente nas atividades propostas pelo poder público (Dias, 2007).

Devido à complexidade do termo e às várias formas de expressividade desenvolvidas nas localidades, assume um protagonismo social, pois ganha espaço nas arenas políticas instituídas, tornando-se um fator deliberativo essencial no processo de concepção e implementação das políticas públicas, uma vez que se entende que estas têm a função de atender às diversas demandas sociais.

De acordo com Nicoletti (2013, p. 55), “a participação, durante muito tempo, denotou em estudos direcionados aos espaços tradicionais da política, apresentando uma vasta produção da vinculação entre cidadãos e instituições formais da democracia”. É importante destacar, que essa perspectiva analítica passa a mudar em virtude do novo contexto político implantado, sendo que, no Brasil, essa mudança é fortalecida em função da transição democrática que o país passou ao incorporar o papel do Estado aos espaços participativos representados pelas várias formas de associações, movimentos, organizações não governamentais e conselhos deliberativos.

Segundo Milani (2008, p. 554), “fazer participar os cidadãos e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo da gestão pública local contemporânea”, isto é, consiste em ser uma resposta rápida à percepção nociva da atuação do Estado na sociedade, onde aqueles têm a possibilidade de organizar-se através de diferentes formas e modelos de delegação.

Para Putnam (2006, p. 185), “se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral”. No turismo, essa característica tende a fortalecer a prática da atividade em função da necessidade de congregar um número significativo de produtos e serviços que estão relacionados à representatividade dos setores sociais, bem como a prioridade da gestão local ao desenvolver as ações competentes ao setor em questão.

Esse cenário repercutiu decisivamente na estrutura da gestão turística do país. A partir do momento em que foi criado o MTUR, o aspecto social, no discurso, passou a ter maior incidência no planejamento, haja vista que surgem os documentos federais que a legitimam como prática contemporânea de importância e também as políticas públicas responsáveis pelo melhor direcionamento, estruturação, planejamento e gestão da atividade, tornando o turismo mais acessível e participativo.

Segundo Rodrigues et al. (2014, p. 18), “o turismo deve respeitar os direitos e desejos dos povos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões, no planejamento e na administração do turismo”, de tal forma que possa garantir a conservação das características naturais e culturais (Carvalho & Guzmán, 2011; Coria et al., 2015; Díaz & Llurdés, 2013), sendo entendido como um elemento de sustentabilidade (Assante, Wen, & Lottig, 2012; Cañizares, Tabales, & García, 2014; Chen & Chen, 2010; Choi & Murray, 2010; Lee, 2013; Mazón, 2012).

Logo, quanto mais democrática for a participação da população, maior será a contribuição para o desenvolvimento do destino (Coria et al., 2015). Aumentando sobremaneira os efeitos positivos da atividade e reduzindo, portanto, os negativos (Lee, 2013).

Ademais, essa estratégia é necessária, a partir do momento em que se percebe que a atividade envolve uma série de agentes em sua operacionalização o que implica uma complexa interação de relações e interesses diversos, que podem ser sobremaneira, divergentes.

Entende-se, portanto, que o município é a unidade primária, sendo a instância mais próxima do cidadão que atende as necessidades do contexto local e se constitui como um espaço de múltiplas relações entre residentes e as instituições públicas locais. É um objeto necessário aos processos de planejamento e gestão pública, tendo como estratégia a participação social (Vergara & Bortone, 2012), uma vez que essa ferramenta pressupõe uma perspectiva sistêmica e holística, cuja efetivação resulta na consolidação de um plano turístico integrado (Agüera & Morales, 2015; Gorica, Kripa, & Zenelaj, 2012).

Parnaíba cumpre com essa prerrogativa legal ao possuir o Conselho Municipal de Turismo, órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, de assessoramento e fiscalização das políticas públicas de fomento e apoio ao turismo local e por participar do Fórum Municipal de Cultura e da Câmara Setorial de Turismo-CST.

É relevante destacar que o conceito de participação assume relevância na conjuntura das políticas de turismo, sendo entendido como uma necessidade fundamental (Bordenave, 1994; Rodrigues et al., 2014). Entretanto, esse conceito não pode substituir e tampouco eximir o papel

do Estado na estrutura política e administrativa, mas reforçar o dever que ele possui na sociedade.

Deste modo, entende-se que a participação é uma característica diretamente relacionada ao poder local organizado e sua identidade sociocultural e política (Gohn, 2004, p. 24), sendo sua prescrição prerrogativa do Estado, a fim de que sejam determinadas metas e objetivos a serem alcançados, (Arretche, 2010).

3.3 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL

A atividade turística no país data da década de 1930 e, ao longo desse período, a gestão pública esteve sempre voltada a iniciativas deliberativas, tais como: autorização de vendas de passagens aéreas, marítimas ou rodoviárias, abertura de agências de viagens, etc. Posteriormente, foi criado um departamento específico denominado de Divisão de Turismo, considerado o primeiro órgão oficial da atividade no contexto nacional, seguido da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), que foi extinta devido à ineficácia para efetivar uma política nacional, (Cruz, 2000; Dias, 2005; Pimentel & Pimentel, 2011).

A partir de uma análise cronológica, podemos identificar que entre os anos de 1930-1945, as ações do setor eram compostas especialmente por decretos ou decretos-lei, relacionados à ordenação e o controle da atividade. No período de 1946-1963, houve a necessidade de investir no capital turístico, especialmente o estrangeiro, tendo em vista que o mercado interno ainda era frágil. Ao longo dos anos a atividade passou a assumir uma nova condição com sucessivas iniciativas da gestão pública no desenvolvimento de estruturas e/ou órgãos específicos para conduzir seu exercício (Pimentel & Pimentel, 2011).

Foi na década de 1960 que a gestão do turismo no país ganhou uma nova perspectiva, através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que estabelecia as diretrizes para a elaboração de uma política de turismo, criando assim, o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), cujos programas e ações tinham um foco predominantemente mercadológico. No documento em questão, a população local é mencionada como iniciativa privada, restringindo, portanto, a heterogeneidade do termo.

No ano seguinte, foi elaborado um novo Decreto-lei nº 60.224/67 que regulamenta o decreto anterior e cria o Sistema Nacional de Turismo. Posteriormente, percebe-se que a atividade deu um salto importante, uma vez que foram criadas outras ferramentas para melhor organizar e desenvolver o setor, através de ações de estruturação e financiamento para os

agentes e empresários envolvidos na atividade. Como exemplo, tem-se a criação do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado em 1971 (Cruz, 2000; Dias, 2005; Endres, 2012).

A década de 1970 foi marcada pelo aumento do número de turistas internacionais. Com isso, o turismo assume um novo caráter no contexto nacional, em virtude do aumento do fluxo turístico atingido nesse período. Esse fator possibilitou uma maior projeção da atividade, tanto no que se refere ao aspecto quantitativo, pois é uma característica facilmente percebida, quanto ao caráter qualitativo, uma vez que é possível constatar sua repercussão no contexto em que se desenvolveu.

Em 1974, foram criados ainda outros fundos específicos para o financiamento da atividade, como o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e o Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM. Estes mecanismos facilitaram a obtenção de recursos para as regiões Norte e Nordeste (Endres, 2012; Pimentel & Pimentel, 2011).

Em 1976, as políticas do segmento estavam voltadas aos incentivos fiscais, sobretudo aos meios de hospedagem, restaurantes e equipamentos de apoio, por meio do financiamento direto e a celebração de contratos com entidades públicas e privadas. Essas ações estavam atreladas à qualidade dos serviços prestados, formação profissional, bem como a destinação dos recursos necessários à execução das iniciativas (Pimentel & Pimentel, 2011).

Entretanto, observa-se que não há nenhuma menção específica ao termo comunidade, população local e/ou sociedade no discurso oficial do período em questão a exemplo da Lei Nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, revogada pela Lei Nº 11.771, de 2008 que dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto-lei Nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências.

Na década de 1980, os recursos culturais e naturais do Brasil passaram a ser conhecidos internacionalmente (Embratur, 2006a). Já na década de 1990 há um crescimento sem precedentes do setor turístico. Nessa época, o órgão responsável pela gestão da atividade no país era o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Entre 1986 e 1994, observa-se que houve uma redução da intervenção estatal no governo brasileiro por conta do comprometimento da capacidade de governar das administrações e do posicionamento político-econômico liberal adotado pelos governos (Pimentel & Pimentel, 2011). Essa mudança foi reforçada pela promulgação da Constituição Federal em 1988, que incentivou a promoção e o desenvolvimento do turismo pela União,

estados e municípios, como prerrogativa de desenvolvimento socioeconômico (Pimentel & Pimentel, 2011).

No que se refere ao termo população local, constatou-se que além da nomenclatura iniciativa privada, foi inserido “segmentos populacionais” no Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, revogado pelo Decreto nº 7.381, de 2010, que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

A partir de então, a Política Nacional de Turismo, passou a incorporar temas relevantes para estruturar a atividade, como a democratização na gestão do turismo nacional, redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional, aumento do fluxo, tempo de permanência e gasto médio do turista estrangeiro, difusão de novos pontos turísticos e ampliação e diversificação de equipamentos e serviços.

No ano de 2002, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo. Contudo, a vocação turística do Brasil no contexto nacional e internacional foi fortalecida em 2003, quando a articulação e o interesse de alguns grupos viabilizaram a constituição do Ministério do Turismo-MTUR. Nesse momento, o turismo assume nova condição enquanto política pública setorial, pois, foi elevado à categoria ministerial, com uma pasta exclusiva. O MTUR passou a responder pelo planejamento e organização do setor no contexto nacional (Beni, 2006). De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo (2013b, p. 13),

Os últimos dez anos foram fecundos para o ordenamento das atividades turísticas no Brasil: mudanças efetuadas a partir dos debates provocados; prioridades e medidas negociadas, ajustadas, desregulamentadas, normatizadas; avanços e revisões nas relações entre governo e sociedade; técnicas de gestão e a ética no trato das políticas públicas qualificadas, deixando evidentes as intenções, prioridades, medidas e instrumentos que serão usados para a permanência, crescimento e avanços nos programas e ações do Ministério do Turismo.

A partir da criação do MTUR, a gestão do turismo no Brasil passou por uma série de transformações, priorizando a descentralização e diversificação da oferta turística do país. Esse formato pode ser entendido como uma necessidade de posicionamento estratégico, bem como, uma forma de considerar a dimensão territorial brasileira.

Assim, o MTUR vem desempenhando um papel estimulador do desenvolvimento do turismo no país, viabilizando parcerias para atender as demandas do Plano Nacional de Turismo e fornecendo subsídios à elaboração e implementação de outros planos, programas e projetos derivados das áreas estruturantes do setor.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Turismo, elaborada concomitantemente ao MTUR, se estabelece como um importante instrumento que define diretrizes, cujo propósito foi organizar a prática da atividade no território nacional, bem como fomentar o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Foi observado que o texto oficial menciona os termos comunidade e sociedade na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

Observa-se, então, que as políticas de turismo no território nacional nas décadas de 1960, 1970 e 1980, reforçaram a característica econômica da atividade no âmbito federal e, em menor proporção, o fomento no nível local (Endres, 2012). Ademais, é importante ressaltar que o caráter político sempre esteve presente refletindo diretamente na tomada de decisões e na estruturação dos destinos turísticos.

Todavia, as ações planejadas apresentadas pelo MTUR serviram para reafirmar as funções do Estado de coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos, incentivos, atuação social e promoção do turismo (Beni, 2006; Dias, 2005; Endres, 2012; Vergara & Bortone, 2012).

No contexto nacional, as principais ações empreendidas para promover e estimular a prática da atividade turística no território foram o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE, Programa de Regionalização do Turismo – PRT e o Projeto dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional, estes dois últimos já sob a gestão do MTUR. É fato que todas essas ações estão diretamente relacionadas ao contexto econômico e social do país, e, em função das relações verticais e horizontais estabelecidas entre os agentes que lidam direta e indiretamente com a atividade.

O Programa de Municipalização do Turismo – PNMT surgiu no ano de 1994 e tinha como foco o município de forma isolada. Seu objetivo era orientar o planejamento do turismo em âmbito local. Segundo o Programa de Regionalização do Turismo (2013b), o PNMT estava sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal, sendo uma iniciativa pioneira no contexto nacional.

A partir dessa iniciativa, a temática da participação torna-se palavra de ordem, sendo posteriormente utilizada nas demais políticas da época, bem como nas atuais (Endres, 2012). Em relação às demais políticas públicas nacionais, o PNMT tinha outra conotação, mais inclusiva e de sensibilização, mais preocupada com a população local.

Ainda de acordo com Programa de Regionalização do Turismo (2013b), o PNMT foi além de um programa de governo e se transformou em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados para o fomento das atividades do turismo no país. Todavia, após oito anos de vigência, o programa não atingiu os objetivos propostos, isto é, os municípios que estavam envolvidos não alcançaram o desenvolvimento turístico desejado (Endres, 2012), sendo envolvidos em outras metodologias.

A partir da criação do MTUR, o programa de maior evidência foi o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, sendo considerado um macro programa estruturante. Foi lançado em 2004 e, na sua implantação, foram identificadas 219 regiões turísticas, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. Em 2009 passou a ser 276 regiões e 3.635 municípios. E, em 2013, o PRT congregou 303 regiões turísticas, envolvendo 3.345 municípios, uma vez que nem todas as cidades do mapa anterior apresentavam potencial para compor o processo de desenvolvimento do turismo no país.

O PRT se destaca como um modelo de estruturação dos destinos e gestão descentralizada, coordenada e integrada com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional, cujas ações se centram na unidade municipal. Assim, o PRT se transformou em uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação visando o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional. Constitui-se, portanto, em uma política pública de âmbito nacional. Para Beni (2006, p. 123), o programa tem promovido a cooperação e interação com os órgãos da administração federal, estadual e municipal.

De acordo com Programa de Regionalização do Turismo (2013b), o PRT está fundamentado nos seguintes aspectos: parcerias; gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos, dentre outros.

Em seu momento inicial, os objetivos do PRT visavam melhorar a qualidade do produto turístico até o gasto médio do turista. Atualmente, busca um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos como propósito de criar condições e oportunidades para estruturar e qualificar novos destinos turísticos, tornando-os competitivos através da região.

A descentralização pode ser entendida como uma forma de proporcionar maior autonomia aos agentes locais, um conceito que reforça o caráter participativo e democrático de determinado contexto (Costa & Carvalho, 2012), uma exigência social e um fundamento essencial à gestão da atividade (Borges, 2008), uma medida política associada à participação da sociedade civil nas deliberações concernentes ao turismo e uma redução do papel do Estado (Brandão, 2014), um meio para atingir eficiência pública administrativa (Monteiro, 2011), um estratégia utilizada para aproximar as demandas sociais da gestão (Duriguetto, 2007), bem como um novo pacto federativo (Fonseca, 2007).

É um mecanismo adotado pela gestão pública brasileira para desconcentrar as ações cabíveis ao Estado e redefinir o papel da sociedade junto às deliberações desenvolvidas pelos órgãos competentes da atividade, aspecto que reforça o acúmulo das demandas locais e a disseminação de estatísticas, indicadores e índices municipais no processo de planejamento da mesma.

Pode ser entendido como um pilar de desenvolvimento da sociedade em suas diversas representações e esferas de governo, utilizado para integrá-las a fim de alcançar os objetivos propostos pela gestão de determinada atividade. Esse processo depende do grau de articulação e da maturidade dos atores sociais envolvidos, sendo um recurso complexo de ser construído coletivamente (Documento Referencial do Turismo no Brasil, 2011a).

De acordo com Beni (2006), a participação representativa dos municípios e das regiões é determinante para o desenvolvimento do turismo, por se tratar de uma tarefa coletiva de interesses comuns. Com efeito, a esfera municipal é um importante agente na estrutura da atividade turística, tendo em vista que é nela onde ocorrem as intervenções. Assim, os municípios tem se desenvolvido turisticamente seguindo as diretrizes estabelecidas pela esfera federal, mas possuem autonomia para deliberar sobre o planejamento e desenvolvimento local.

Outro importante programa que marca as ações da gestão pública do turismo no Brasil foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste- PRODETUR/NE, que teve a iniciativa de subsidiar créditos a estados e municípios com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da atividade turística na Região Nordeste, tendo como um dos objetivos proporcionar qualidade de vida às populações das áreas em que se desenvolve.

O programa foi desenvolvido em duas fases, a primeira em 1994, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como órgão executor o Banco do Nordeste, a segunda iniciada em 2002 e concluída em 2012, na qual o MTUR participou da maior parcela da contrapartida local, junto com o Banco do Nordeste – BNB no Grupo

Técnico para averiguar os planos e projetos por eles apoiados no setor (Banco do Nordeste, 2014), sendo considerada uma política pública com enfoque na infraestrutura dos destinos turísticos e na qualificação profissional da população local. No Piauí, o programa estava sob a responsabilidade da SEPLAN (Unidade Executora), a partir do Decreto nº 9636 de 9 de janeiro de 1997 (Governo do Estado do Piauí, 1998).

Para Delgado (2015, p. 3), “o estudo das políticas públicas pode se basear em diversas vertentes, como a análise de indicadores variados, utilização de princípios da teoria política, levantamento da opinião de agentes envolvidos no processo (...) entre outras”. São muitas as contribuições que as políticas públicas podem direcionar a determinada localidade, no entanto, sua finalidade deve estar atrelada às necessidades locais.

Segundo Frey (2000), no Brasil os estudos sobre políticas públicas não apresentam regularidade e se desenvolvem a partir da análise das estruturas e instituições ou caracterização dos processos decisórios. As políticas públicas em turismo têm o objetivo de solucionar os problemas e aproveitar as oportunidades para desenvolver o setor. Para tanto, elas cuidam em escolher e manter prioridades frente a diversas demandas conflitivas que recaem sobre elas, decidir sobre a utilização dos recursos a serem destinados, coordenar os objetivos conflitivos em um todo coerente, ser capazes de impor perda de grupos poderosos, podendo representar interesses difusos e organizados e determinar perdas específicas.

Para Grimm, Sampaio, Greuel, & Cerveira (2013, p. 97), “a problemática que se coloca é que a elaboração dessas políticas deve ocorrer de maneira que atenda às demandas localizadas quando estas se vinculam a problemas estruturantes que dificultam o desenvolvimento de destinos e potenciais turísticos”. Assim sendo, as políticas devem considerar a peculiaridade do contexto em que a atividade se processa. No Brasil, essa característica se torna evidente a partir do momento em que se considera a diversidade regional do território, bem como o aspecto social existente.

É importante considerar, que essa situação em muito se deve a própria natureza da política pública em turismo, se comparada às demais políticas elaboradas e implementadas no sistema federativo nacional.

Para Silva (2014, p. 39), “o turismo se envolve com o poder público/Estado, quando essa atividade pela sua característica setorial e sua capacidade de alavancar a economia, passa a ser fomentada por instituições públicas, de forma programada”, isto é, sua prática se reverbera de forma a contribuir nos contextos em que se insere e se torna um setor de importância social e econômica.

De acordo com Solha (2004, p. 12), “o papel da política de turismo, assim como sua abrangência, varia conforme as necessidades e os objetivos de cada local”. Assim, é preciso considerar a inserção da população local na concepção e implementação das políticas de turismo como forma de agregar valor à localidade e de dar sentido a característica participativa adotada.

A política de turismo assume duas posturas, uma relacionada à característica da geração de emprego e renda, dando uma conotação comercial ao setor e outra mais harmoniosa, se estabelecendo com uma estratégia que limita a atenuação da repercussão negativa, atendendo as expectativas da comunidade local (Solha, 2004). Entende-se, que esse pensamento é prerrogativa para fomentar a prática da atividade em determinado contexto, sendo que estão intimamente ligadas, onde a ausência de uma compromete o desenvolvimento da outra.

O turismo como atividade contemporânea admite grande relevância nos diversos segmentos da sociedade, seja em âmbito acadêmico, governamental, industrial e público. Outra característica que a atividade possui é impactar a vida das pessoas e dos locais onde vivem (Hall, 2001). As políticas de turismo são pré-requisitos do planejamento da atividade, que por seu turno se torna base para o desenvolvimento de determinada localidade.

“Apesar do muito que se tem discutido sobre as políticas públicas brasileiras recentemente, a política de turismo, por ter suas repercussões apenas recentemente avaliadas, vem ganhando destaque” (Pimentel & Pimentel, 2011, p. 2). Essa perspectiva torna a atividade turística mais visível, uma vez que a temática é relevante para se aprofundar a discussão sobre suas implicações nas localidades e identificar os fatores que favorecem e impedem sua prática.

Para Delgado (2015, p. 2), “apesar de o turismo ser um campo relativamente recente de estudos no Brasil (...), percebe-se certa evolução de pesquisa na área, no entanto, várias pesquisas apontam para a necessidade de elaboração de estudos mais aprofundados”. Entende-se, neste contexto, que o modelo de prática turística de determinada localidade influencia as ações dos governos e envolve os fatores de tempo, espaço, demanda e oferta, isto é, o conceito de política pública se torna complexo na medida em que considera a peculiaridade de cada localidade. No caso do Brasil, a necessidade de aprofundar os estudos na área se torna essencial para entender como são elaboradas, implementadas e qual o resultado dessas políticas no território nacional.

De acordo com Cruz (2000, p. 36), “a ausência de concatenação entre políticas de turismo e políticas urbanas e regionais é exemplo claro da visão estreita que permeou a elaboração de ambas”, isto é, o processo de elaboração das políticas de turismo ainda não atingiu objetivos específicos por não estarem atreladas às demais políticas setoriais, fator que

pode estar relacionado à desfuncionalidade dos destinos turísticos e aos seus limites político-administrativos.

Na atividade turística, a elaboração e implementação das ações, em muitos contextos, agem de forma a democratizar dada a ideologia posta, sem que haja necessariamente o repasse de recursos, mas que alcance o público-alvo com objetivos que procuram estimular, motivar, irradiar conceitos de sustentabilidade turística e emponderar os agentes envolvidos nesse processo, ou seja, as políticas públicas em turismo preveem a promoção em sua essência o envolvimento dos vários entes federativos, sobretudo, a população local, que se torna requisito do planejamento da atividade, a fim de que propicie desenvolvimento.

3.4 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL

Foi realizado um levantamento dos principais documentos oficiais de turismo, com a finalidade de identificar a relevância da população local na concepção das políticas do segmento, tais como: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste de 1994; Plano Nacional de Turismo, versões 2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016; Programa de Regionalização do Turismo versões 2004 e 2013; Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, versões 2008 e 2009; Lei Geral do Turismo Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional, versão 2010 e o Documento Referencial do Turismo versões 2007-2010 e 2011-2014.

A partir da análise, foi possível averiguar que são utilizadas três nomenclaturas para se referir à população: comunidade(s), sociedade e população, sendo essa a forma adotada para organizar o texto a seguir. É necessário compreender que os documentos encontram-se caracteristicamente agrupados em quatro perspectivas: princípios orientadores para o desenvolvimento do turismo, base legislativa, visão mercadológica e estruturação turística.

De início foi constatado que o termo “comunidade” deve ser considerado em dois momentos distintos, um estando relacionado às versões iniciais dos documentos e, posterior, a esse período, fator que se diferencia dos demais termos. Deste modo, observou-se que a nomenclatura nas versões iniciais se mescla com os termos população e sociedade, apresentando uma indefinição no uso da terminologia, o que pode ser observado nos seguintes documentos: Plano Nacional de Turismo 2003/2007; Programa de Regionalização do Turismo versões 2004; Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento

Turístico Regional versões 2008, 2009 e 2010; Turismo no Brasil 2007-2010, nos trechos abaixo:

...deverá se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades (Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programa 2003-2007, 2003 p. 8);
...bem como a criação de instâncias que promovam a integração destes à comunidade nas etapas de planejamento, implementação e avaliação (Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes Políticas, 2004 p. 12);
Todavia, deve-se apontar que é inaceitável que as políticas públicas para o turismo sejam implementadas à custa do patrimônio ambiental ou que afetem adversamente a cultura local e a comunidade anfitriã (Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional- Relatório Brasil, 2008a p. 30).
Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (Turismo no Brasil 2007-2010, 2008b, Inciso VI);
No entanto, é necessário que os destinos atentem para a importância de desenvolver políticas formais de sensibilização da comunidade sobre a importância da atividade turística, assim como também programas de conscientização do turista sobre como respeitar a comunidade local. Além disso, vale ressaltar que ainda são poucos os destinos onde há participação ativa da comunidade nas decisões relacionadas a projetos turísticos (Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, 2009 p. 46).
...ampliação da participação ativa da comunidade nas decisões ligadas a projetos turísticos e desenvolvimento de programas de incentivo ao uso de equipamentos turísticos pela população local (Índice de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, 2010 p. 42).

Por meio da leitura dos fragmentos acima, entende-se que os textos fazem referência a um contexto mais geral e por vezes mais restrito, reafirmando uma característica particular. Deste modo, percebe-se que mesmo diante dos significados empregados à terminologia, há uma semelhança entre os mesmos em relação à situação em que se encontram, isto é, surgem como um pano de fundo da gestão e do planejamento da atividade no país.

Outro aspecto a ser mencionado é que ao longo dos anos a nomenclatura “comunidade” passou a ser empregada para se referir à determinada particularidade, estando relacionada, sobretudo ao aspecto cultural. Como pode ser constatado nos fragmentos a seguir:

...como resultado, ocorre a dinamização econômica das comunidades locais, com a geração de renda e trabalho e com a distribuição dos benefícios gerados pelo turismo. É importante salientar que dos produtos associados ao turismo ressurgem, entre outros, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, a moda e o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, transformados em atrativos típicos e em roteiros de sabores e fazeres (Plano Nacional de Turismo 2007-2010, 2007, p. 27);
O turismo atua como mecanismo de estímulo a processos criativos, que resultam na geração de novos produtos turísticos apoiados nas especificidades de cada região, na autenticidade e na

identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a autoestima nacional e a de nossas comunidades (Plano Nacional de Turismo 2007-2010, 2007, p. 17);
Promoção do planejamento, organização e gestão territorial e institucional das regiões turísticas por meio do apoio à sensibilização e mobilização das comunidades (Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016, 2013a, p. 83);
Sendo o Programa um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, sua estrutura abarca todas as esferas institucionais e políticas até o alcance social almejado, ou seja, a comunidade (Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes, 2013b, p. 25).

Há que registrar que o termo não é frequentemente usado nas versões posteriores ao ano de 2010 e quando o é, dá relevo ao contexto literal, dando destaque à característica semântica da palavra. Foi constatado que a nomenclatura não aparece no Documento referencial do Turismo, versão 2011/2014.

Em relação à nomenclatura “população” observa-se que possui uma conotação genérica, estando relacionada aos diversos aspectos concernentes aos efeitos que a prática da atividade produz em determinado agrupamento populacional. Como pode ser observado nos fragmentos a seguir:

...Estes tipos de melhorias pressupõe investimentos de baixo risco, com uma demanda comprovada, que terão efeitos positivos na qualidade de vida da população local, especialmente no se refere aos serviços de abastecimento de água, redes de esgoto, coleta e eliminação de resíduos sólidos e estradas (Banco do Nordeste, 1994, p. 5);
...poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população (Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007, 2003, p. 8);
...como também pela potencial capacidade de geração de trabalho, ocupação e renda, com impactos na melhoria da qualidade de vida da população (Turismo no Brasil 2007-2010, 2006b p. 32; Plano Nacional de Turismo 2007-2010, 2007, p. 24);
...existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente e à população flutuante (Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional- Relatório Brasil, 2008a p. 36; Índice de Competitividade do Turismo Nacional: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, 2010, p. 51);
...o grande desafio é fazer a inclusão social plena dessa parcela da população e o turismo é capaz de fazê-lo rapidamente (Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016, 2013a, p. 7).

Pode-se entender que o termo “população” substituiu o emprego da nomenclatura “comunidade” empregada nas publicações iniciais e surge como um recurso de múltiplos significados e utilização. Constatou-se também, que a terminologia não aparece no documento intitulado Programa de Regionalização do Turismo versões 2004 e 2013 e na Lei Geral de Turismo Nº 11.771.

Nota-se que os termos referentes à população local utilizados nos documentos oficiais de turismo não apresentam uma diferenciação acentuada na forma em que são empregados, isto

é, são usados para enfatizar o significado literal que possuem no contexto, sobretudo em questões referentes à qualidade de vida, percepções positivas e negativas e infraestrutura.

No que se refere à nomenclatura “sociedade civil”, percebe-se que é utilizada como um mecanismo de descentralização no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, possuindo conotação generalizada (segmentos) e restrita (organizações representativas).

...um sistema que avalie o impacto da atividade na economia, criando condições para o fortalecimento do setor junto à sociedade (Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007, 2003, p. 44; Turismo no Brasil 2007-2010, 2006b, p. 87);
Para isso, é cada vez maior a necessidade de ampliar e consolidar as relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil organizada (Plano Nacional de Turismo 2007-2010, 2007, p. 57);
...e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, que são: a participação e o diálogo com a sociedade ; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (Plano Nacional de turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016, 2013a, p. 8);
Promover ações que fortaleçam a relação do Estado com a sociedade , mediante vasta e substantiva participação social na definição das políticas públicas (Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011-2014, 2011a, p. 130);
O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando evidentes a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes, 2013b, p. 24).

Em relação às nomenclaturas anteriores, esta, emerge como um recurso estrategicamente empregado para enfatizar a característica participativa adotada pela federação brasileira em 1988, ou seja, é um elemento que dá constância à necessidade de articulação entre os indivíduos direta e indiretamente relacionados à prática da atividade, estando comumente relacionados aos seguintes correspondentes: articulação, participação, diálogo, cooperação, fortalecimento, gestão compartilhada e representação.

Foi possível verificar, mediante análise das publicações, que a predominância do discurso oficial do turismo no país é econômica, tendo em vista que o MTUR promove a atividade como uma ferramenta de dinamização socioeconômica importante no contexto nacional, reforçando aspectos relevantes para o exercício da atividade como: qualificação profissional, conscientização, investimento e dinamização econômica.

O relevo dado a cada nomenclatura e às palavras associadas a elas, está diretamente associado às mudanças sociais ocorridas no país, aspecto que incorpora decisivamente o discurso oficial empregado nos diversos mecanismos e/ou ferramentas de planejamento e desenvolvimento do turismo no território nacional.

Portanto, se percebe que as nomenclaturas surgem no discurso oficial como um componente expressivo no contexto da atividade turística no país e estão diretamente associadas ao tipo de proposta que realizam, isto é, a utilização dos termos está relacionada ao conteúdo desenvolvido em cada documento publicado, bem como ao cenário em que se encontram.

Em resumo, entende-se que os residentes são unidades significativas na estrutura da atividade, tendo em vista que o discurso oficial reafirma essa característica ao difundir de maneira enfática a atividade turística como ferramenta capaz de potencializar os benefícios socioculturais, econômicos, políticos e ambientais, se consolidando no país como um importante veículo de desenvolvimento nos destinos em que ocorre.

Percebe-se que a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro não sofreu mudanças significativas a partir de 2003, apenas surgem no discurso oficial dando ênfase ao papel dos residentes e sua complementaridade na atividade turística. Os documentos anteriores tinham esta perspectiva, porém com menor incidência.

3.5 A POPULAÇÃO LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL

Conforme aportado na página 21, a presente análise se utilizou de relatórios administrativos fornecidos pela equipe da Superintendência de Turismo para a elaboração deste tópico.

Constatou-se que no âmbito estadual a política pública é incipiente e inviabiliza uma maior orientação para o setor. Essa situação se reflete inclusive sob a inatividade do Conselho Estadual de turismo e das reuniões regulares dos polos turísticos da região, integrando Parnaíba, o Polo Costa do Delta.

A nível local, também foi verificado uma fragilidade da gestão ao que concerne à instituição da política pública de turismo. Constatou-se que as ações públicas estão concentradas basicamente em questões relacionadas a projetos de ordem executiva. Contudo se diferencia da esfera estadual porque possui uma conjuntura potencialmente mais participativa.

A partir da análise dos documentos disponibilizados pela SUPTUR se identificou a existência da Lei Nº 56 de setembro de 2014 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo de Parnaíba e o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR. Desse modo, foram observados aspectos como composição e atribuições dessa ferramenta.

O COMTUR é formado por 11 representantes de órgãos governamentais, entidades da iniciativa privada e terceiro setor tais como: Superintendência Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Finanças, Superintendência Municipal de Cultura, Superintendência de Planejamento, APADELTA/ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ABAV (Associação Brasileira das Agências de Viagens), Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas), ONG Tartarugas do Delta e ACP (Associação Comercial e Industrial de Parnaíba). Segundo o membro 1 do COMTUR, esse espaço em tese, possibilita a representatividade de um amplo espectro dos atores turísticos locais. Das funções contidas na Prefeitura (2014), observou-se que aquelas que permeiam a população local são:

Articular-se com instituições de ensino, entidades de classe e da rede de educação profissional, visando estabelecer parcerias que maximizem os investimentos em programas de qualificação profissional e ampliação do mercado de trabalho , promovendo o turismo como fator de inclusão social (Art 7º, inciso X).
Consolidar o apoio à produção local e à comercialização através de ações cooperadas como estratégia de diversificação da oferta turística, incentivando a inserção dos produtos aos destinos e roteiros (Art 7º, inciso XVII);
Receber e analisar denúncias, propostas e sugestões da comunidade e sociedade civil organizada, encaminhando-as ao setor competente da administração pública municipal (Art 7º, inciso XXVI);
Outras organizações, entidades e/ou instituições, inclusive as financeiras, que interagirem como o Conselho poderão participar de suas reuniões, se convidadas , sendo-lhes facultado manifestar-se sobre os assuntos abordados, sem, entretanto, ter direito a voto (Art 8º).

Percebe-se, que as funções do COMTUR podem ser classificadas como diretas ou indiretas. Contudo atingem o público local, tendo em vista que possuem objetivos claros que se repercutem a partir de diferentes finalidades.

As funções da SUPTUR e do Conselho Municipal de Turismo estão distribuídas essencialmente nas seguintes deliberações: criação do Litoral Piauiense Convention & Visitors Bureau – LPC&VB no ano de 2015, definição de estratégias para restabelecer a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS)⁵, acompanhamento da situação dos voos regulares do município e do projeto de urbanização da orla da Pedra do Sal, iniciativa de criação do Observatório de Turismo em parceria com a Universidade Federal do Piauí, terceirização dos funcionários do Terminal Rodoviário, criação e acompanhamento do Programa Litoral

⁵ Criada com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da região turística dos municípios integrantes da Rotas das Emoções, em que abrange 14 municípios dos três estados componentes. Tendo como municípios pólos as cidades de Parnaíba (Delta do Parnaíba – Estado do Piauí), Jijoca de Jericoacoara (Jericoacoara – Estado do Ceará) e Barreirinhas (Lençóis Maranhenses – Estado do Maranhão) (Superintendência de Turismo de Parnaíba, 2016).

Mais⁶, implantação de Sinalização Turística e criação de três eventos anuais: Réveillon da Feliz Cidade, Parnaíba de Música Independente Brasileira – MPMIB e Festival de Férias.

A SUPTUR tem se engajado desde 2014 para elaborar um Plano Municipal de Turismo para o município. Segundo a Prefeitura (2014), o primeiro passo dado para essa iniciativa foi a realização da Conferência Municipal de Turismo de Parnaíba, na qual se propôs a desenvolver um diálogo com a comunidade local e instituições parceiras, a fim de debater sobre a situação do turismo no município e elencar as estratégias que devem ser tomadas a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento da atividade turística no local. No entanto, é uma etapa de um processo gradativo a ser realizado em função do desenvolvimento da atividade no contexto local que ainda não se efetivou.

A partir do exposto, percebe-se que a população local, mesmo de forma ainda tímida é inserida na concepção das políticas de turismo no âmbito municipal, uma vez que não lhe são atribuídos maiores poderes e/ou oportunidades e tampouco surge em um documento de grande visibilidade.

Esse aspecto é percebido pela população local, a partir do momento em que sente uma maior necessidade de legislação na área, bem como também desconhece sua existência, elemento que coaduna com o interesse desses agentes em relação à prática da atividade. Conforme pode ser observado a seguir:

“Qualquer que seja a lei afeta a sociedade, independente de qual área, porém é na geração de emprego e renda que o turismo expande seus horizontes e se torna atrativo”. No entanto, a atividade precisa de uma lei específica para regulamentar o setor no município. - (Entrevistado 1).

“Aqui em Parnaíba desconheço uma lei específica que afete de forma incisiva a população local, uma vez que é incipiente (para não dizer nula a existência de uma lei na área do turismo a nível local)”. - (Entrevistado 2).

“A população local parece ser sempre afetada pelo processo de operacionalização da atividade e sempre exige a participação dos moradores enquanto agentes participativos na atividade socioeconômica”. Até o momento não conheço uma lei própria do segmento. - (Entrevistado 3).

⁶ De acordo com informações da Superintendência de Turismo, o Programa Litoral Mais tem o objetivo de qualificar os profissionais do Trade Turístico de Parnaíba, com enfoque na qualidade da oferta dos serviços. No primeiro ano de execução, foram ofertados 07 cursos voltados para o aperfeiçoamento para mais de 150 pessoas, de aproximadamente 24 empresas participantes, a saber: Garçom básico; Relações interpessoais; Gerenciamento de pequenos negócios; What's App Marketing para o Turismo; Marketing digital; Inglês aplicado a serviços turísticos; Oficina de Liderança; jogos e vivências.

Na opinião dos residentes e do membro 2 do COMTUR a população local é inserida nas leis e/ou deliberações de turismo em Parnaíba como premissa de operacionalização, uma vez que sem este recurso a atividade sequer ganharia notoriedade, não teria aplicabilidade. Em termos legislativos, se sentem desamparados, porém consideram relevante a contribuição da atividade turística para o município.

Ademais da operacionalização, os residentes devem ser reconhecidos como elemento indispensável no processo de planejamento da atividade turística e não como um recurso instrumental como ocorrem em alguns contextos (Alves et al., 2009). De acordo com o membro 1 do COMTUR, espera-se que esta seja a premissa básica de atuação de um conselho municipal de turismo. Pode-se constatar que as principais intervenções públicas na localidade estão concentradas nas seguintes áreas, conforme opinião dos participantes:

“Não posso eleger uma das intervenções entre obras, eventos e capacitação, entendo que foi realizada um pouco de tudo e impactaram a população de forma diferenciada”. - (Entrevistado 4).

“Na minha opinião a natureza dos investimentos no município está concentrada nas obras, tendo no sistema de esgotamento sanitário de Parnaíba um bom resultado, digo porque também ocorreu dentro do prazo estabelecido, e sem dúvida, foi uma intervenção fomentada pelo Ministério do Turismo e sentida pela população”. - (Entrevistado 5);

“A capacitação da mão de obra veio junto aos grandes eventos nacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as olimpíadas Rio 2016, posto que tais eventos aludiram a capacitação para uma série de atividades, sobretudo no setor de eventos”. - (Entrevistado 6).

Segundo o que se observou nos comentários acima, a natureza das intervenções turísticas realizadas no município que interferiram diretamente junto à população local no período de 2010 e 2016, foram desenvolvidas nas áreas de obras, eventos e capacitação. No que se refere aos maiores benefícios das ações junto à população local até o momento, percebe-se, de acordo com a opinião dos residentes, que:

“Não consigo destacar apenas uma das variáveis, uma vez que o turismo promove inserções simultâneas em diversas áreas e setores”. - (Entrevistado 7).

“O setor econômico recebe sempre a maior fatia gerada pelo turismo, enquanto a sociedade, a cultura e o meio ambiente são fatores de atração para o turismo, nas quais geralmente recaem os efeitos negativos”. (Entrevistado 8).

Muitos estudiosos afirmam que o turismo tangencia os diversos aspectos sociais junto ao contexto local, especialmente os relacionados aos fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais (Cañizares et al., 2014; Cardona, 2015; Chen & Chen, 2010; Díaz & Llurdés, 2013; Eusébio & Rodrigues, 2014; Gorica et al., 2012; Lee, 2013; Mazón, 2012; Nkemngu, 2015; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Santos, Ferreira, Costa, et al., 2014).

Deste modo, verifica-se que Parnaíba é uma localidade que ademais da repercussão e suas particularidades em relação à gestão da atividade, ainda vê na prática turística uma alternativa de melhor aproveitamento dos recursos e potenciais turísticos existentes e utiliza-se das ferramentas que possui para atrair um número significativo de turistas para região. No entanto, a prerrogativa para o desenvolvimento da prática não pode estar limitada somente a duas ou três variáveis de planejamento, tendo em vista que a atividade pode decrescer e tornar-se inoperante em dada localidade.

Dada a situação corrente de desenvolvimento turístico da cidade, os dois membros do COMTUR entendem que deve haver uma postura mais intervencionista do Conselho, notadamente sobre a necessidade de sensibilização da população local acerca da relevância da atividade turística, contudo, a falta de continuidade administrativa e de comprometimento de alguns membros minam um pouco do seu potencial.

4 A POPULAÇÃO LOCAL NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE TURISMO EM PARNAÍBA/PI

Neste capítulo inicialmente será realizada uma discussão sobre a relação da população local e a atividade turística e a seguir serão apresentadas as discussões e os resultados obtidos mediante a percepção dos entrevistados em relação à implantação e à repercussão das intervenções públicas realizadas na localidade.

4.1 A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL E O TURISMO

O turismo, enquanto fenômeno social, contribui para o desenvolvimento das interações humanas, isto é, pode ser considerada uma prática que se materializa por meio dos agentes a ela associados (Carvalho & Guzmán, 2011). Seu crescimento ao longo dos anos está diretamente relacionado com a ampliação da sociedade industrial. Dito de outra forma, a atividade acompanhou as alterações sofridas na sociedade, concatenando com o surgimento do turismo moderno.

Entende-se que os fatores responsáveis por provocar o crescimento da atividade, especialmente nos países ocidentais, estão associados à política e à economia, sendo um dos setores econômicos com maior crescimento no mundo (Aires & Lore, 2011; McDowall & Choi, 2010). Ademais, observa-se que outros aspectos influenciaram significativamente o fortalecimento da atividade historicamente, como os avanços tecnológicos, que favoreceram a dinâmica dos transportes e da comunicação, o reajuste da jornada de trabalho e a elevação da escolaridade, além do acesso à cultura. Todos esses elementos cooperaram sobremaneira para o aumento da motivação de pessoas para conhecer lugares diferentes.

Concomitantemente ao crescimento da atividade turística surge o aumento dos impactos derivados da sua prática (Dall'Agnol, 2012). Entretanto, tal atividade continua sendo considerada uma oportunidade de melhoria de vida para os residentes locais (Cañizares et al., 2014; Cardona, 2015; Carneiro & Eusébio, 2015; Chen & Chen, 2010; Eusébio & Rodrigues, 2014; Fredline, Deery, & Jago, 2013; Meng, Li, & Uysal, 2010; Nkemngu, 2015; Oliveira, 2005).

Embora se reconheça que o aspecto econômico é predominante no sistema em que a prática se desenvolve, não é o único, uma vez que sem o elemento humano a atividade não funciona e não tem razão de ser e, portanto, precisa ser inserido na sua dinâmica. É nesta perspectiva, que a atividade se aproxima do aspecto humano, uma vez que este é fator crucial para o seu desenvolvimento.

Em regiões ou localidades menos desenvolvidas os efeitos econômicos junto aos habitantes podem provocar uma sensação de bem-estar. Todavia esse cenário favorece um sistema de dependência em relação à atividade, uma vez que se projeta de forma ambivalente sobre as percepções e atitudes dos residentes. Muitos dos estudos desenvolvidos sobre o turismo o relacionam com o desenvolvimento econômico da localidade, tendo em vista que sua contribuição incide não somente sobre a geração de emprego e renda, como também possibilita o autoemprego.

Essa característica pode ser mais bem compreendida a partir do momento em que se percebe que “historicamente, a primeira ciência a estudar o fenômeno turístico foi a Economia, seguida das ciências sociais (Sociologia e Antropologia) e da Geografia” (Barreto, 2000, p. 85), aspecto que reafirma o pensamento de Lickorish (2000), de que até meados da década de 1970, a maioria dos estudos sobre turismo estava voltado aos benefícios econômicos.

A situação foi alterada e a partir da metade da década de 1970, época em que começam a ser abordados os impactos não econômicos. Exemplo disso é o crescimento do número de pesquisas publicadas nos últimos anos, concentradas nos efeitos sobre a qualidade de vida dos turistas (Carneiro & Eusébio, 2011; Dolnicar, Lazarevski, & Yanamandram, 2013; Dolnicar, Yanamandram, & Cliff, 2012).

Em função da singularidade do turismo, seu planejamento torna-se um elemento importante na logística do sistema, tendo em vista que deve envolver todos os interessados no processo (Carvalho & Guzmán, 2011; Lee, 2013; Santos, Ferreira, & Costa, 2014). No entanto, a relação existente entre o turismo e os autóctones é interceptada por questões particulares do destino, bem como aos fatores externos a ele, aspecto que problematiza ainda mais sua condição enquanto atividade socioeconômica.

Assim, o planejamento de um destino turístico se constitui a partir de sua funcionalidade em aspecto de importante contribuição para o seu desenvolvimento social, econômico e político e requer a presença da população em todo o processo, tendo em vista que intervém diretamente junto aos efeitos indesejados da atividade, sobretudo em nível local (Vareiro & Mendes, 2015), uma ferramenta que tende a delimitar as estratégias necessárias para atingir desenvolvimento com sustentabilidade (Lee, 2013).

Hall (2001, p. 24), considera o planejamento do turismo como “um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas”. Esses conceitos estão intimamente ligados e a prática do planejamento é parte do processo maior de “planejamento-decisão-ação” e sua contribuição incide no fato de estar voltado para o futuro.

Ainda de acordo com o autor (2001, pág. 117), “a falta de autoridades individuais responsáveis pelo desenvolvimento turístico tem mostrado que autoridades locais e o setor privado muitas vezes ficaram confusos diante do processo de desenvolvimento e planejamento turístico”, uma vez que, a interseção de poderes entre os entes governamentais envolvidos em cada ação, atividade ou interação é condição *sine qua non* da própria estrutura do sistema federal implantado. Deste modo, é importante perceber que em alguns casos existe uma sobreposição de determinada unidade em detrimento das demais.

Hall (2001, p. 193), entende que “as decisões políticas refletirão o desejo de atender aos interesses da esfera pertinente do governo – nacional, estadual ou local – e não aos interesses de elementos da indústria do turismo definidos seccionalmente”. Neste contexto, é possível considerar que a política em suas diversas representatividades é imbuída de interesses que se fortalecem na medida em que encontra apoio e influência nas arenas e negociações existentes.

Logo, o aspecto humano torna-se um elemento necessário ao processo de desenvolvimento da atividade, uma vez que pode ser considerado um conceito complexo, refletindo uma divergência de interesses (Fratucci, 2008).

Deste modo, o estudo das atitudes dos residentes torna-se importante para a gestão dos destinos turísticos, pois tende a agregar valor às deliberações desenvolvidas na localidade e permite uma melhoria na economia das regiões nas quais se expande, podendo produzir um efeito ambivalente em relação à percepção e à atitude daqueles (Cardona, 2015; Santos, Ferreira, & Costa, 2014).

Há uma variedade de nomenclaturas na literatura que se refere à população local (Oliveira, 2005). No entanto, é necessário compreender que as abordagens estão relacionadas ao tipo de contexto em que a pesquisa é realizada, bem como à perspectiva de quem a desenvolve. Desse modo, têm-se os seguintes termos: comunidade local (Carvalho, 2010), autóctones (Beni, 2006), residentes (Alves et al., 2009), habitantes locais (Scótolo & Panosso Neto, 2015), moradores locais (Baldissera & Bahl, 2012) e população residente (Aires, Pequeno, & Fortes, 2010). Na linguagem política, a população local recebe uma outra nomenclatura, sendo portanto denominada de sociedade civil. Esta se refere ao processo histórico vivenciado no Brasil e na América Latina, iniciado no final dos anos 1970, momento em que foi inserido no vocabulário político e passou a ser objeto de elaboração teórica (Gohn, 2004).

Foi constatado também que a população local pode ser denominada de viajados, em uma perspectiva de contraposição aos visitantes das destinações, estando divididos nas seguintes categorias: trabalhadores do setor, empresários, habitantes que mantém contato direto com o

turismo, habitantes que não mantêm contato direto com a atividade, políticos e governantes (Krippendorf, 2001).

De acordo com Aires et al. (2010, p. 41), “não se pode pensar no turismo sem pensar no contato pessoal e na relação entre os seres humanos”, isto é, a prática do turismo favorece também a característica da hospitalidade como uma categoria necessária ao desenvolvimento do setor, tendo em vista que a relação entre os agentes sociais no destino turístico dependerá dos valores de quem interage e da forma como se estabelece o contato.

Logo, um lugar é bom para o turista, na medida em que também é bom para a população local (Aires et al., 2010). Segundo Beni (2006, p. 44), “o turismo é um meio de desenvolvimento suscetível de fazer progredir os povos e as nações”, deste modo, considera-se que os moradores são um fator relevante na estrutura da atividade em determinada realidade local.

No que se refere ao município em análise, percebe-se que os moradores locais convivem pacificamente com a prática do turismo e se organizam de maneiras diferenciadas para receber a demanda que visita a destinação, isto é, é uma cidade que possui no turismo um recurso de estimada aplicabilidade, sendo o aspecto econômico um dos principais fatores percebidos junto ao seu exercício.

A interação entre turistas e residentes é fomentada primeiramente pelo reconhecimento por parte dos autóctones sobre o potencial que a atividade possui. Essa é a forma recomendada de que ocorra a prática, uma vez que essa perspectiva reforça sua sustentabilidade. Em outras palavras, se a população não aceita passivamente a intervenção turística no destino, dificilmente a atividade obterá progresso.

Entende-se que a presença do turismo em determinado destino pode promover uma mudança estrutural que pode segregar espacialmente turistas e residentes, fator que favorece sobremaneira o distanciamento entre os mesmos (Carvalho & Guzmán, 2011), tal qual a situação econômica desigual. Neste sentido, Aires et al. (2010 p. 24), destacam que “a importância do turismo se evidencia não apenas por sua contribuição econômica, mas, sobretudo, diante da promoção dos impactos causados na vida das pessoas e nos locais onde elas vivem”.

Esses impactos podem ser geralmente agrupados nas seguintes categorias: econômico; social, cultural e ambiental (Cañizares et al., 2014; Cardona, 2015; Chen & Chen, 2010; Díaz & Llurdés, 2013; Eusébio & Rodrigues, 2014; Gorica et al., 2012; Lee, 2013; Mazón, 2012; Nkemngu, 2015; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Santos, Ferreira, & Costa, 2014; Maria; Velasco & Santos, 2016).

Em termos teóricos, o turismo é importante para qualquer economia, seja em âmbito nacional, regional, ou local. No entanto, sua prática provoca efeitos de diversas proporções e produz resultados que nem sempre são divididos igualmente entre os envolvidos. Nesse contexto, a população residente padece com o efeito de alguns impactos negativos, a exemplo, do aumento excessivo de turistas e de agressões naturais e culturais (Macêdo, 2011), bem como de impactos positivos nas localidades em que se desenvolve, conforme podem ser sintetizados no quadro 3:

Quadro 3: Impactos do Turismo

ÁREA	IMPACTOS POTENCIAIS POSITIVOS	IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVOS
Economia	Receitas, empregos, nível de vida da população local, atração de investimentos	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infraestruturas necessárias
Turismo e Comércio	Reconhecimento da região, novas infraestruturas, maior acessibilidade	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolado do comércio local
Sociedade e Cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool)
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado	Mau planejamento, segregação socioespacial
Meio ambiente	Novas infraestruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos

Fonte: Macêdo (2011 p. 42)

A partir da leitura do quadro, observa-se que o turismo é uma atividade dinâmica que se repercute de diferentes maneiras junto à população local. Outra constatação relevante é que os impactos negativos frequentemente tendem a superar os positivos (Dall’Agnol, 2012). Portanto, até os próprios efeitos positivos, podem ser questionados (Oliveira, 2005). Em alguns casos, o mesmo impacto pode ser avaliado e/ou interpretado de distintas maneiras por indivíduos de uma mesma localidade (Aires et al., 2010).

Um dos grandes gargalos enfrentados pela avaliação dos impactos gerados pela atividade turística está posta em dois aspectos que limitam sua análise: dificuldade de se delimitar os fatores e os impactos exclusivos da atividade turística e a carência de dados estatísticos sobre estudos e pesquisas do setor (Macêdo, 2011). Acrescenta-se a esse contexto o poder de envolvimento que o turismo possui ao interceptar o público, o privado e as

comunidades (Santana, Fontes Filho, & Rocha, 2015), isto é, esferas bastante complexas que não podem ser dissociadas entre si.

A percepção dos residentes quanto aos impactos gerados pela atividade não é mutuamente exclusiva, isto é, uma mudança na percepção de um tipo de impacto/efeito da atividade pode influenciar sobremaneira as demais tipologias. Em outras palavras, se as pessoas entendem que os benefícios são mais relevantes que os custos, o inverso também pode seguir a mesma lógica (Gursoy & Kendall, 2006).

Pesquisas sobre a atitude dos residentes descobriram que aqueles que valorizam os impactos econômicos possuem atitudes mais favoráveis para aceitar o turismo em suas localidades (Cardona, 2015), do que quando se trata de mudanças ambientais e culturais que tendem a ser potencialmente negativas (Assante et al., 2012). Contudo, cabe aos residentes decidirem se aceitam ou não os custos e benefícios que sua prática pode acarretar ao contexto, logo se houver uma sobreposição daqueles em relação a estes, é provável que se oponham a essa evolução (Lee, 2013).

Constata-se que a mudança de atitude dos residentes quanto ao turismo em sua localidade está basicamente associada à incorporação dos lugares de moradia aos roteiros turísticos e a consequente desapropriação ou deslocamento daqueles às subáreas, bem como a transformação dos hábitos locais por outros provindos de distintas realidades, que proporcionam mudanças significativas.

Assim, os impactos ocasionados pela prática do turismo em um destino estão diretamente associados à forma como a atividade se apropria do espaço e de como as relações sociais e econômicas estão dispostas no contexto (Carvalho & Guzmán, 2011). De acordo com Fratucci (2008), “tais agentes têm em suas mãos dois elementos vitais para a atividade turística sem, infelizmente, ter consciência do valor e da importância deles: a posse da terra e a força de trabalho”.

Paralelo a essa situação, surge outro aspecto a ser discutido, pois, ao passo em que a atividade pode gerar benefícios e envolver os agentes sociais, pode também provocar uma desestruturação dos atrativos turísticos locais. Em outras palavras, não é recomendável desenvolver um processo de turistificação do espaço de forma arbitrária, pois, sem planejamento, implicações negativas de diversas proporções poderão surgir, causando um desconforto desproporcional às localidades e ao conjunto de seus residentes.

O que se pode entender é que a inclusão da população local na estrutura da atividade, refletirá significativamente nas relações sociais desenvolvidas localmente. Neste sentido, é

oportuno para os responsáveis públicos e privados conhecer a percepção da população local em relação à atividade turística no território (Agüera & Morales, 2015).

No âmbito dessa discussão, existem fatores diretamente relacionados à diferenciação entre os indivíduos e grupos sociais que congregam o residente, quais sejam: as relações de classes sociais e a territorialidade imposta, ou seja, a forma como se apropriam do espaço (Fratucci, 2008).

Outro fator em destaque, é que o residente também pode não ser parte de determinada ação, isto é, ele pode ser surpreendido positiva ou negativamente com determinadas atividades que podem ou não estar relacionadas aos anseios e demandas locais, mas às prioridades de quem as realiza. Assim, em muitos casos, a população recebe poucos benefícios diretos ocasionados pela prática da atividade no destino (Archer & Cooper, 2009).

No entanto, existe o entendimento de que há vantagem na relação existente entre o governo e os autóctones, tendo em vista que podem ser elementos complementares que tendem a colaborar com a implementação de ações que beneficiam o interesse coletivo (Ostrom, 2000). Essa complementaridade favorece os seguintes aspectos: fortalecimento da democracia, maior sensibilidade nas esferas locais e a tomada de decisões por parte da localidade mais responsáveis frente às demandas governamentais.

A relação entre a gestão pública do turismo e a percepção dos residentes acerca dos impactos da atividade, tendem a ser positivos a partir do momento que notam que o poder público a administra com eficiência (Assante et al., 2012). Estudos recentes sugerem que a população local que percebe um impacto positivo tem maior probabilidade de ser mais susceptível a apoiar seu desenvolvimento (Rodrigues et al., 2014), bem como aqueles que possuem contato regular com os visitantes (Andereck & Nyaupane, 2011).

A presente pesquisa não teve a intenção de reunir concepções a respeito da temática central, mas de suscitar sua complexidade e o iminente interesse da academia em compreender a relevância do residente nas deliberações concernentes ao desenvolvimento da atividade turística.

4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS E A POPULAÇÃO LOCAL

Nos dois itens seguintes serão apresentados e analisados dados e gráficos relativos ao material obtido na pesquisa de campo. A população abordada na análise foi a residente dos bairros com maior incidência de investimentos turísticos: Nossa Senhora do Carmo; São Judas Tadeu; Nossa Senhora de Fátima e Centro, considerando os trinta (30) bairros existentes no

município. As intervenções que tiveram incidência direta em Parnaíba e que serão mencionadas a seguir são: PAC, Contratos de Repasse, PRODETUR, PRONATEC.

O perfil dos entrevistados é composto por sessenta e três por cento (63%) de mulheres; quarenta e seis por cento (46%) com nível superior incompleto; quarenta e dois por cento (42%) com faixa etária entre 23 à 31 anos e cinquenta e um por cento (51%) possui renda que varia de 01 a 02 salários mínimos.

A respeito do conhecimento de alguma obra realizada no município para o benefício do turismo nos últimos cinco anos, percebeu-se que os entrevistados foram unânimes (100%), ao reconhecerem a existência de intervenções públicas em Parnaíba, aspecto tido como positivo para a pergunta em questão.

Segundo os participantes, foram realizados investimentos com o objetivo de adequar a estrutura do município, a fim de que a prática da atividade seja melhor organizada e desenvolvida, uma vez que o turismo é um segmento evidente em Parnaíba e que agrega valor às demais atividades econômicas da localidade.

Deste modo, o Estado pode ser entendido como um objeto de planejamento e gestão pública (Vergara & Bortone, 2012) e, que a partir da administração pública, desenvolve pelo menos três funções básicas: o planejamento, a execução e a supervisão das atividades que executam (Acerenza, 2002), sendo que alguns autores acrescentam ainda, coordenação, legislação e regulamentação (Beni, 2006; Hall, 2001; Telfer & Sharpley, 2008).

Dentre as funções mencionadas anteriormente, o planejamento ganha destaque e é fator essencial para que a atividade turística atenda as demandas da sociedade à qual faz parte e deve ser entendido como um instrumento que viabiliza sua aplicabilidade. Neste contexto, contribui para organizar e estruturar a atividade, permitindo que haja a identificação das etapas a serem realizadas, os atores sociais responsáveis por desenvolvê-lo, a mensuração dos recursos disponíveis para a efetivação do mesmo, sendo que, sua implementação leva em consideração aspectos concernentes à tomada de decisões.

Para Beni (2006, p. 64), “o planejamento participativo reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado, bem como a eficácia do processo”. No entanto, essa realidade não é desenvolvida como se espera em algumas localidades e esse aspecto se repercute na prática do turismo e na forma como são realizadas as intervenções nos municípios (Alves et al., 2009).

Dito de outra maneira, cada local possui uma forma diferente de se articular e desenvolver as ações cabíveis para viabilizar a atividade turística. Já para Hall (2001, p. 185), “um dos principais problemas do planejamento turístico público está no grau de autoridade de

órgãos especialmente dedicados ao turismo, que em geral possuem uma base legislativa de responsabilidade bastante limitada, para orientar outras organizações do governo”. Acrescenta-se à afirmação do autor, a limitação político-administrativa dos órgãos oficiais do turismo, por estarem associados a outras pastas, precisam ratear os poucos recursos financeiros disponíveis, dificultando o seu desenvolvimento (Acerenza, 2002).

Por se tratar de uma prática que não possui classificação definida como um setor econômico, segue como uma atividade entre as demais que o Estado tem a função de desenvolver e que evidentemente é reconhecida por seu efeito econômico, talvez por ser o mais evidente e analisado (Acerenza, 2002). A partir dessas considerações observa-se que essa situação se propaga na dificuldade de inserir o turismo no âmbito da administração pública, que geralmente está associado a atividades diferenciadas da sua natureza.

Observou-se que, na concepção dos participantes, as obras foram importantes para a realidade local, sendo que do total de abordagens realizadas, todos afirmaram terem sido necessárias, isto é, as ações tinham um papel relevante na estrutura da atividade turística. Assim, para os entrevistados as intervenções públicas tiveram diferentes finalidades, das quais foram citadas:

- Mais opções de lazer e entretenimento.
- Diversificação de espaços coletivos.
- Melhoria da infraestrutura.

Segundo os entrevistados, os investimentos proporcionaram uma melhoria da dinâmica local, uma vez que a cidade foi contemplada com diferentes tipos de intervenções. Deste modo, é possível constatar que os investimentos no turismo interferem sobremaneira nos segmentos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

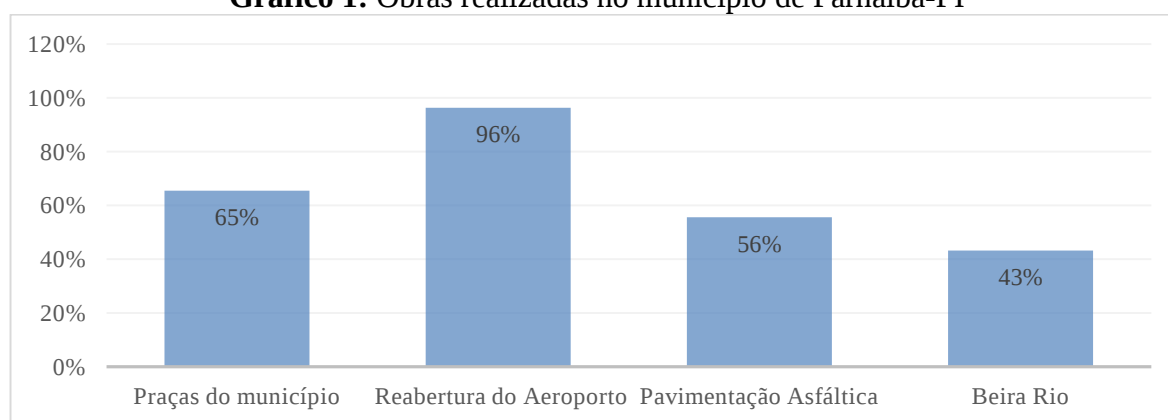
Neste contexto, o pensamento que norteia a presente pesquisa repousa no entendimento de que a inserção do turismo em dada localidade pode contribuir positiva ou negativamente, sendo que essa situação é reflexo do modelo de prática desenvolvido, isto é, depende dos agentes que estão envolvidos no seu exercício.

Contudo, é pertinente compreender que essa atividade sob o viés social deve ser tratada com capilaridade no sentido de considerar os vários segmentos existentes no território em que se desenvolve, tendo em vista que está associada aos indivíduos direta e indiretamente afetados por sua prática, uma vez que se entende que é uma atividade múltipla que implica em uma série de fatores internos e externos à ela e que influenciam sua dinâmica.

Dito de outra forma, em muitos contextos pode haver um distanciamento entre o discurso oficial, aquele concebido nos documentos elaborados pelas esferas de governo em suas diversas representações ou haver conformidade com a prática que se traduz em benefício comum aos que dela participam.

O questionamento seguinte se propôs a investigar qual(s) intervenção(s), no entendimento dos entrevistados, foi(ram) realizada(s), das quais foram apontadas as seguintes respostas: Praças do município; Reabertura do Aeroporto; Pavimentação Asfáltica e Beira Rio, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Obras realizadas no município de Parnaíba-PI



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

As respostas apresentadas correspondem aos reais investimentos realizados para o desenvolvimento do turismo no município nos últimos cinco anos, tendo em vista que estas ações favoreceram a melhoria da infraestrutura da cidade e consequentemente interferiram na prática da atividade turística. Observou-se que os investimentos foram de ordem municipal e federal respectivamente. A pesquisa abriu o questionamento, ultrapassando, assim, os cem por cento (100%) na totalidade, a fim de não influenciar a resposta dos participantes

Com efeito, cabe ao Estado a responsabilidade de promover estratégias locais que visam estimular os segmentos da cadeia produtiva a fim de que propicie a geração de oportunidades e a criação de novos arranjos institucionais, expandindo sua atuação na perspectiva do planejamento de determinada atividade. No turismo, essa capacidade institucional pode ser um fator decisivo na estrutura do seu desenvolvimento, isto é, pode repercutir na produtividade e competitividade do destino, em função do funcionamento do sistema turístico (Endres, 2012; Goeldner, Ritchie, & McIntosh, 2002).

Uma das funções do Estado no turismo é gerir a atividade, porém a descontinuidade política é um fator que interfere na eficiência e eficácia do seu planejamento. Embora haja o

reconhecimento de que é necessário aliar os recursos disponíveis na localidade, não é regra que as destinações tenham planos, programas e projetos próprios a serem desenvolvidos internamente. Todavia, toda espécie de planejamento deve considerar o posicionamento do destino e os agentes responsáveis pelo mesmo como fatores essenciais para promover maior visibilidade.

Retomando os aspectos relacionados ao novo posicionamento do Estado no contexto contemporâneo, percebe-se que muitos são os fatores que interferem nessa nova dinâmica, mudando sobremaneira sua atuação frente às demandas vinculadas a ele. Esse cenário favoreceu o desenvolvimento de uma instituição mais voltada à celebração de contratos e transações de mercado, sendo sua intervenção considerada mínima nesse espaço, isto é, houve o aumento das parcerias público-privadas e da influência das instituições financeiras na determinação das políticas públicas, repercutindo na implantação de estruturas regulatórias e físicas locais. Em Parnaíba essa característica está presente no segmento turístico e justifica a sobreposição dos novos poderes globais nas ações relativas à gestão da atividade, conforme pode ser percebida nos investimentos realizados ao longo dos resultados da pesquisa.

Em relação à reabertura do Aeroporto Internacional de Parnaíba Prefeito Dr. João Silva Filho, os recursos foram utilizados para a ampliação e reforço da pista de pouso e decolagem, reforço da pista de táxi, pavimento dos acostamentos, inserção de um sistema de balizamento noturno e sinalização horizontal (Infraero, 2011). A intervenção foi realizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, sendo finalizada no ano de 2010, tendo o valor de dezoito milhões de reais e oito centavos (R\$ 18.000.000,08). Conforme pode ser observada na imagem 1.

Imagem 1: Aeroporto Internacional Prefeito Dr. João Silva Filho



Fonte: Infraero, 2012.

O aeroporto foi construído em 1970 e passou 14 anos sem receber voos comerciais, sendo alvo de algumas intervenções públicas no decorrer desse período. Contudo em 2014, após sucessivas tentativas, começou a operar voos comerciais regionais para Teresina (PI) e Fortaleza (CE).

Quanto aos investimentos desenvolvidos nas praças, verificou-se que não provém do MTUR, são de origem local, derivados do Projeto de Revitalização das Praças de Parnaíba. Segundo informações da Prefeitura, na Praça da Graça foram realizados projetos no âmbito arquitetônico, com a mudança do piso e paisagístico e na Praça Santo Antônio, instalação de lixeiras, recuperação de bancos, serviços de jardinagem e instalação de um parquinho para crianças, não sendo revelado o valor desse procedimento. Conforme pode ser observado nas imagens 2 e 3.

Portanto, o turismo é uma das muitas atividades as quais o Estado enquanto instituição deve considerar a fim de que se obtenha o bem-estar da sociedade (Acerenza, 2002). Essa deve ser a lógica das intervenções públicas no turismo, qual seja, atender primeiramente às necessidades dos residentes (Vergara & Bortone, 2012).

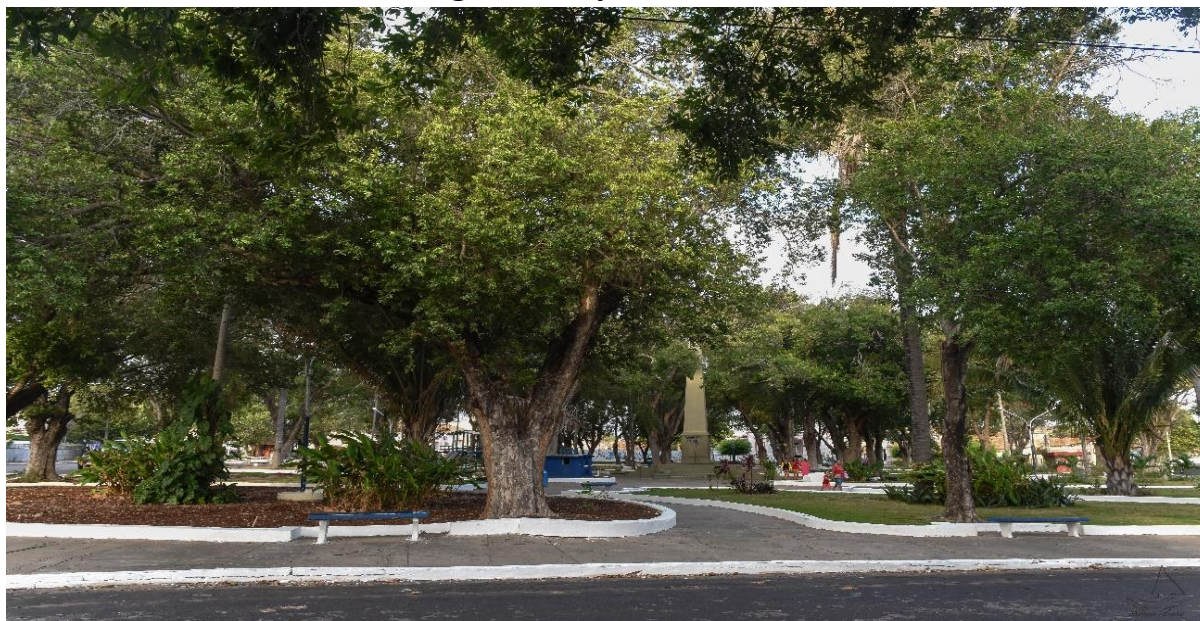
Esta pergunta se torna complexa para os participantes na medida em que exige uma resposta específica, isto é, tenta estabelecer hipoteticamente uma linha de raciocínio que desvincule as demais ações desenvolvidas por outros segmentos socioeconômicos. Sabíamos da possibilidade de haver diferentes respostas devido à forma em que a pergunta foi realizada, no entanto, os dados apresentaram um resultado positivo.

Imagem 2: Praça da Graça



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Imagem 3: Praça Santo Antônio



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Acerca dos investimentos nas praças, os moradores locais teceram alguns comentários:

- “Vou à praça pelo menos dois dias na semana me encontrar com amigos”.
- “Venho todos os dias vender picolé aqui, porque tem gente agora pra comprar”.
- “Fico feliz com as praças organizadas”.
- “Agora vejo no que está sendo investido o dinheiro público”.

Para estes participantes, a reforma das praças é uma ação benéfica e coaduna com o objetivo da gestão municipal de proporcionar a melhoria dos espaços públicos para usufruto da população, tendo em vista que essa contribuição se repercute de diferentes formas junto aos residentes, quais sejam: variedade de locais de lazer, geração de renda, limpeza da cidade, dentre outros.

Embora consentem ao dizer que foram obras necessárias para o contexto local, existe o entendimento de que a gestão municipal deve considerar outros aspectos a fim de que o município atenda aos requisitos de um destino turístico competitivo como: saúde, educação, transporte público e mais oportunidade de trabalho para a população local. Aspecto que reforça o pensamento de Mazón (2012), ao considerar que um destino turístico é formado por elementos de caráter físico ou estático, quais sejam: recursos, atrativos turísticos e infraestrutura de apoio.

Ao que se refere à construção e recuperação de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas do município de Parnaíba, percebe-se que foi uma obra necessária que contribuiu para

a melhoraria do acesso viário e que repercutiu positivamente junto aos residentes da localidade, dos quais percebeu-se uma ênfase ao citar essas intervenções públicas, destacando-se os seguintes comentários:

- “Gostei do que fizeram nas avenidas da cidade”.
- “Ficou muito melhor dirigir em Parnaíba”.
- “Claro que precisava de muito mais, pelo menos as avenidas da cidade estão sendo cuidadas”.

De acordo com os comentários apresentados, observa-se que foi uma obra que contribuiu de forma significativa junto aos autóctones, tendo em vista sua funcionalidade e necessidade para o município. É um aspecto positivo para a pesquisa observar que essa intervenção trouxe um retorno benéfico perante o contexto local, uma vez que é um recurso facilitador para a mobilidade urbana.

Os investimentos em pavimentação asfáltica foram realizados, nos anos anteriores, especialmente em 2005, 2006 e 2007 (Ministério do Turismo, 2016). Ainda segundo informações do site, as intervenções públicas nas vias do município foram, respectivamente: Pavimentação Poliédrica⁷ de 20.000 m² e Pavimentação Asfáltica de 12.000 m²; Pavimentação de 24.281 m² de ruas e avenidas e Recuperação de Pavimento Asfáltico - infraestrutura em municípios turísticos. A partir desta constatação, percebe-se que a população local fez referência à essa obra por ser uma intervenção com maior frequência entre as demais.

No decorrer das abordagens, percebeu-se ainda que alguns participantes mencionaram a execução de uma obra nas imediações da Beira Rio, importante área turística para a região, na qual há uma concentração acentuada de bares, restaurantes e pizzarias que oferecem pratos típicos da culinária regional. A partir dessas informações, foi realizada uma investigação da realidade, na qual constatou-se que a obra denomina-se Boulevard e é derivada da modalidade Contrato de Repasse⁸ junto ao MTUR.

⁷ De acordo com Araújo (2004), o termo se refere à colocação de pedras de forma regular ou não em um colchão de areia compactada ou pó de minério, sendo necessário, após a ação, o preenchimento dos vazios com areia e/ou cimento com cal.

⁸ Segundo Governo Federal (2014, p. 2), Contrato de repasse é semelhante ao convênio em relação aos seus fins, porém se diferencia pela intermediação de uma instituição ou agente financeiro público federal, que representa a União na execução e fiscalização da transferência. Salvo se a concedente tenha estrutura para acompanhar a execução do convênio, a legislação define contrato de repasse para execução de objeto que preveja a realização de obra (preferencialmente).

Imagem 4: Boulevard (Calçadão Cultural Beira Rio)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Segundo o MTUR (2016), a obra possui um investimento orçamentário previsto no valor de quatrocentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos (R\$ 493.448,80), do qual foi realizada 88,5%. A intervenção é parte do Programa de Requalificação e Modernização dos espaços urbanos do Ministério do Turismo e foi realizada onde atualmente é desenvolvido o projeto Calçadão Cultural. Ainda foram realizados os demais investimentos na modalidade Contrato de Repasse, conforme podem ser observados no quadro 4:

Quadro 4: Investimentos Contrato de Repasse

Natureza	Origem	Ano	Valor
Urbanização da orla marítima da pedra do sal	MTUR	2012	R\$ 4.155.757,8
Sinalização Turística	MTUR	2013	R\$ 550.000
Construção e recuperação de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas no município de Parnaíba	MTUR	2013	R\$ 5.080.000
Total			R\$ 9.785.757,8

Fonte: Ministério do Turismo, 2016

É importante acrescentar ainda, que houveram outros investimentos no âmbito do turismo realizados no município, a exemplo do Sistema de Esgotamento Sanitário, referente aos investimentos do PRODETUR/NE II mencionado por alguns participantes, uma vez que se entende que era considerado uma necessidade básica para a realidade local, pois o município tinha muitos problemas relacionados à este tipo de infraestrutura. Das intervenções realizadas

pelo programa na região, este teve o valor mais representativo. O programa ainda realizou outras intervenções no município, nos seguintes componentes: Estudos e Projetos e Saneamento Básico, conforme podem ser observadas no quadro 5:

Quadro 5: Investimentos do PRODETUR/NE II em Parnaíba

Natureza	Origem	Ano	Valor
Execução do Projeto de Controle Ambiental das Dunas da Lagoa do Portinho	MTUR	2010	R\$ 924.965,74
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário-SES	MTUR	2010	R\$ 12.739.825,27
Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional do Estado do Piauí	MTUR	2010	R\$ 205.584,22
Total			R\$ 13.870.375,23

Fonte: Adaptado de Governo Federal, 2017 e Milewski, 2012

A respeito do público favorecido com a realização das obras, a maioria dos entrevistados, isto é, cinquenta pessoas (62%), entende que beneficiou a população local, uma vez que os investimentos contribuíram para melhorar a infraestrutura da cidade e a geração de emprego e renda. Os demais abordados, isto é, trinta e um participantes (38%), afirmaram que os investimentos favoreceram os turistas, tendo em vista que beneficiaram especialmente os espaços turísticos do município.

Para os residentes abordados na pesquisa, a eleição do público favorecido pelas intervenções turísticas realizadas em Parnaíba pode ser entendida pelas seguintes exposições por eles apresentadas:

- População Local
 - Maior mobilidade urbana
 - Geração de emprego e renda
 - Maior visibilidade do destino turístico
- Turistas
 - Maior diversidade dos serviços urbanos
 - Maior mobilidade urbana
 - Mais opções de lazer e entretenimento

Os entrevistados entendem que tanto a população local, quanto os turistas foram favorecidos de acordo com suas particularidades, tendo em vista que na percepção destes, os investimentos realizados no município trouxeram uma melhoria para o contexto local.

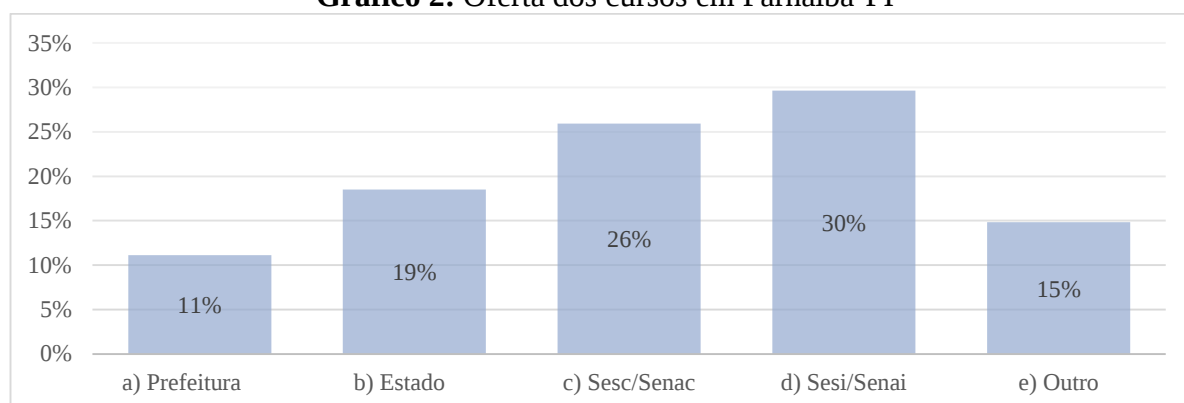
Sobre a participação em curso de capacitação profissional voltado para o turismo, a maioria dos entrevistados, cinquenta e quatro pessoas (67%), já se envolveu em algum curso, todavia vinte e sete participantes (33%) nunca o realizou, apresentando em sua maioria as seguintes justificativas: falta de tempo, cursos desinteressantes, problemas na divulgação.

Entretanto, o resultado obtido na questão foi positivo para a pesquisa, uma vez que constatou que há uma grande parcela dos entrevistados que já participaram de cursos de capacitação voltados ao turismo, isto é, na concepção destes, o turismo é tido como uma atividade que agrega valor à dinâmica local e favorece a geração de emprego e renda no município.

Dos cursos realizados pelos entrevistados, foi constatado que oito pessoas (30%) são cursos do Serviço Social da Indústria- Sesi/ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- Senai, sete entrevistados (26%) cursos do Serviço Social do Comércio- Sesc/ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac, cinco participantes (19%) cursos oferecidos pelo Estado, quatro participantes (15%), aos cursos disponibilizados por outra instituição, a exemplo do Instituto Federal do Piauí- IFPI e Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Piauí- SEBRAE e três pessoas (11%) correspondem aos cursos oferecidos pela Prefeitura, conforme pode ser observado no gráfico 2:

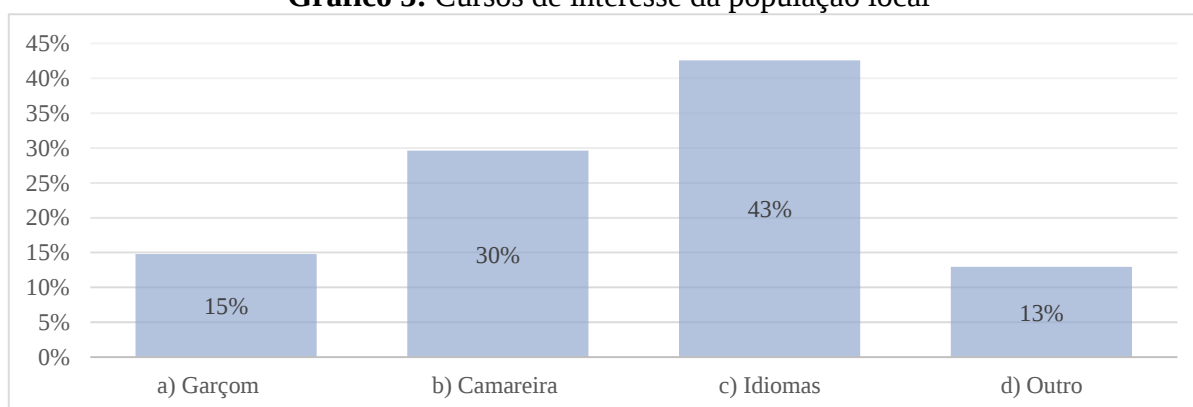
O município possui uma variedade de instituições que oferecem cursos profissionalizantes e superior em turismo, a exemplo da UFPI, aspecto tido como benéfico para a qualidade na prestação dos serviços disponibilizados pelos equipamentos turísticos e as atividades características do turismo, tendo em vista que o objetivo dessa iniciativa é promover a qualificação dos profissionais que atuarão no setor.

Observou-se que as instituições do chamado Sistema S, como Senai, Senac, Sesc e Sesi, bem como escolas técnicas estaduais e o instituto federal do município estão vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, que teve início no município de Parnaíba no ano de 2012 e ao longo dos anos vem estendendo suas parcerias com demais institutos, cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, a partir da ampliação das oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada a jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda (Ministério da Educação, 2011c).

Gráfico 2: Oferta dos cursos em Parnaíba-PI

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A pesquisa permitiu constatar que aqueles participantes inseridos nos sessenta e sete por cento (67%) que já realizou algum curso de capacitação profissional voltado para o turismo, têm interesse de participar de cursos de capacitação profissional, dos quais, vinte e três entrevistados (43%), indicaram o curso de idiomas, dezesseis pessoas (30%), optaram pelo curso de camareira e oito participantes (15%), pelo curso de garçom e sete entrevistados (13%), outro, conforme pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3: Cursos de interesse da população local

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Para os participantes inseridos na categoria outro, as respostas apresentadas foram, em sua maioria:

- Organizador de eventos
- Agente de viagem
- Recriador
- Gastronomia
- Cerimonialista

Segundo os entrevistados, estes cursos são necessários no município, tendo em vista que há mercado para as modalidades. Deste modo, percebe-se que os entrevistados possuem interesses em atividades relacionadas com a prática da atividade turística, uma vez que é um recurso múltiplo que tem abertura para muitos segmentos socioeconômicos.

Foi observado que esse grupo entende que a diversidade de cursos profissionalizantes tende a agregar maior valor à atividade turística, tendo em vista que aumenta o número de serviços relacionados à sua prática, isto é, torna-se uma ferramenta estratégica para ambas as partes envolvidas no seu exercício e possivelmente possam contribuir para a efetivação de outro nicho de mercado para o município.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (2014), o município necessita realizar cursos de capacitação nos níveis operacional e gerencial, quais sejam: auxiliar de cozinha, camareira, recepcionista, garçom, condutor de turismo, inglês instrumental para condutores de turismo, inglês instrumental para recepcionista, inglês instrumental para garçons, controladoria, gestão de pessoas, sistema de qualidade e inovação/ empreendedorismo, elementos que corroboram o resultado obtido na presente questão.

Em relação à participação da população em alguma reunião/audiência pública para discutir as intervenções turísticas no município de Parnaíba, chegou-se ao seguinte resultado: quarenta e nove participantes (60%) dos entrevistados já o fizeram, sendo que trinta e duas pessoas (40%) não.

Entende-se deste modo, que essa constatação é positiva para a pesquisa, tendo em vista que é uma característica necessária para o desenvolvimento da atividade turística no município. Os entrevistados reconhecem a necessidade da participação da população local em questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo, uma vez que favorece a expansão do modelo turístico adotado na localidade.

Para os mesmos, essa prática está diretamente associada ao acesso à informação, isto é, proporciona ao autóctone a expansão do conhecimento no que concerne à atividade, bem como ao que está sendo realizado no seu território. Assim, a participação da população local nas deliberações do turismo no município é uma estratégia fundamental para que haja a sustentabilidade da atividade, tendo em vista que os benefícios são potencialmente maiores quando se tem uma estrutura gestora e participativa a contento. A partir dessas considerações, os participantes apresentaram as seguintes observações em relação ao seu posicionamento sobre a temática, conforme pode ser constatado:

- Maior conhecimento sobre o que está sendo realizado no município.

- Mais informações sobre a estrutura do turismo na cidade.
- Favorece o intercâmbio entre as demais atividades do segmento.
- Estimula a cooperação e o associativismo entre os participantes do *trade* local.
- Proporciona uma maior organização da atividade no município.
- Maior controle sobre os impactos negativos que a prática da atividade pode gerar.

É importante destacar que os entrevistados foram unânimes em relação a esse questionamento, tendo em vista que devem tomar parte nas decisões e serem informados sobre que tipo de intervenções se pretende realizar no município, tornando-se a base para que a política e seus componentes sejam alicerçados (Goeldner et al., 2002).

De uma forma geral, a sociedade brasileira tem sido pouco participativa e a carência dessa participação é história. Essa situação demonstra a fragilidade dos diversos mecanismos sociais, representados no desenvolvimento das ações e políticas públicas para o segmento, por não envolver os agentes sociais locais nas tomadas de decisões. Entende-se que esse instrumento se repercute nas diversas possibilidades que o turismo possui para atender os objetivos locais no desenvolvimento do destino (Endres, 2012).

De acordo com Santos Jr. (2005, p. 42), “parece possível afirmar que os maiores avanços estão concentrados nos governos municipais, onde identificamos o surgimento de inúmeras experiências de participação”. Neste contexto, observa-se que a característica da participação tende a agregar valor ao desenvolvimento local, uma vez que é premissa de fortalecimento dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente.

No contexto de Brasil, essa característica sofreu modificações ao longo dos anos, pois foi resultado direto do sistema político implantado. Assim, houve a necessidade de desenvolver o aspecto democrático que resultasse na inserção de novos agentes no cenário político, uma vez que as práticas foram recorrentes historicamente. Contudo, os sentidos que adquiriram ao longo desta história são bastante diferentes (Maranhão & Teixeira, 2006).

Deste modo, o turismo terá um desenvolvimento desejável, na medida em que houver um interrelacionamento entre os demais setores da sociedade e da economia (Goeldner et al., 2002; Velasco, 2011). Contudo, o município possui um papel de destaque na gerência estratégica e na condução da participação social (Vergara & Bortone, 2012).

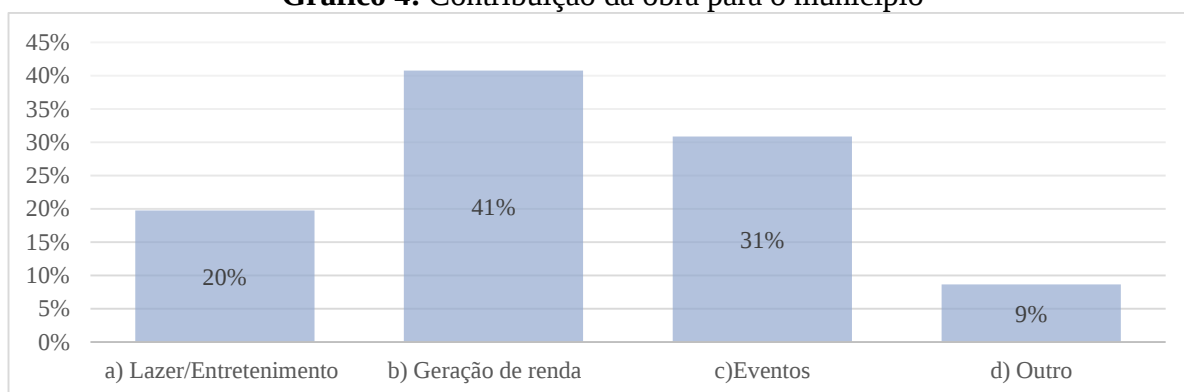
Dos investimentos mencionados no início deste tópico, como: PAC, Contratos de Repasse, PRODETUR e PRONATEC, constatou-se que a população foi consultada a partir de

reuniões e audiências. Contudo é preciso considerar que as intervenções possuem naturezas diferenciadas que, conseqüentemente se projetaram de forma proporcional a esta característica, isto é, o público interrogado foi aquele diretamente envolvido/afetado pela realização das intervenções públicas, sendo portanto, limitado ao tipo e amplitude daquelas.

4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Ao que está associado à contribuição das obras para o município, observa-se que os dados mais significativos estão associados a geração de renda com trinta e três entrevistados (41%) e eventos com vinte e cinco pessoas (31%). Os demais entrevistados assinalaram ainda, lazer/entretenimento com dezesseis participantes (20%) e outro com sete pessoas (9%), assinalando a contribuição dos investimentos na infraestrutura do local, conforme pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4: Contribuição da obra para o município



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

É necessário mencionar que segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (2014, p. 143), “existem aproximadamente 7000 empregos diretos nos estabelecimentos de turismo ao longo da Rota das Emoções, sendo que 35% desses postos de trabalho são temporários (contratos por tempo determinado, *freelancers* e diaristas)”. Essa constatação pode favorecer o aumento da sensação de bem-estar em relação à geração de emprego e renda, porém também interfere diretamente na operacionalização de ações de capacitação da mão-de-obra e no nível dos serviços turísticos, sobretudo nos setores de hospedagem e alimentação.

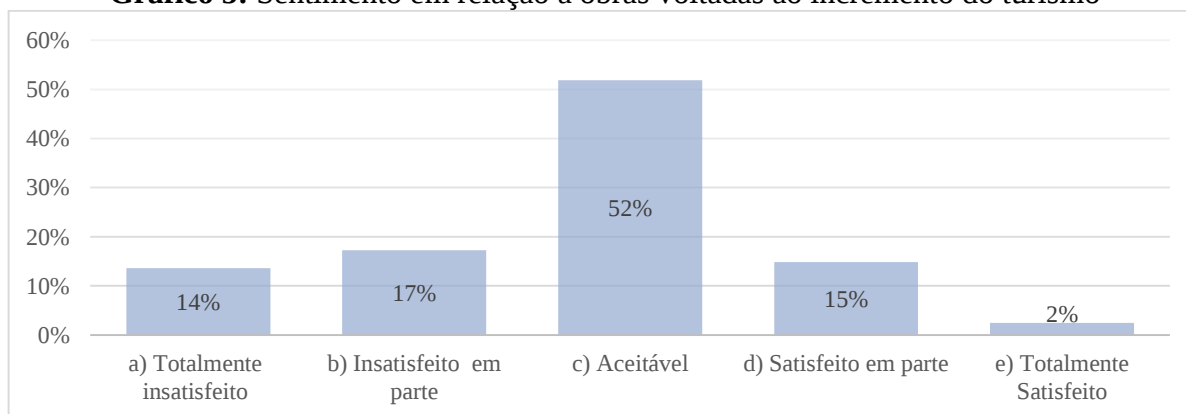
Foi constatado que os participantes da pesquisa encontram-se em uma situação aceitável em relação às obras realizadas na localidade, representando quarenta e dois entrevistados (52%) do total de respostas, isto é, consideram que as ações foram oportunas e cabíveis para o contexto, e encontram-se em um nível intermediário em relação as obras realizadas no destino, isto é, não são contrários ao que foi realizado, mas entendem que é um componente entre os demais necessários ao desenvolvimento do turismo no local.

Na sequência, foi verificado que onze participantes (14%) dos participantes se sentem totalmente insatisfeitos com as intervenções públicas desenvolvidas na localidade, uma vez que as ações não atenderam às expectativas dessa parcela, tendo em vista que a prejudicou em relação a alguns aspectos particulares, a exemplo da morosidade nas ações desenvolvidas e o custo social e econômico revertido ao público diretamente afetado.

Catorze entrevistados (17%) dos participantes estão insatisfeitos em parte com os investimentos públicos, tendo em vista que existem outras questões a serem tratadas no município, sendo que na percepção destes, existe a necessidade de intervir em áreas também consideradas turísticas para o município como o Porto das Barcas.

Outro aspecto a ser considerado na análise, é que doze pessoas (15%) dos entrevistados estão satisfeitos em parte em relação ao que foi desenvolvido na localidade, isto é, reconhecem que houve investimentos, no entanto, sempre há o que melhorar no município. Por fim, percebe-se que dois participantes (2%) dos participantes, sentem-se totalmente satisfeitos com os investimentos realizados em Parnaíba. A atividade turística é considerada um fenômeno social significativo (Acerenza, 2002; Velasco, 2011), uma vez que sua repercussão junto à população local se desenvolve, a partir de diferentes tipos e graus de satisfação, conforme se observa no gráfico 5:

Gráfico 5: Sentimento em relação à obras voltadas ao incremento do turismo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os participantes também foram questionados sobre a frequência de uso dos espaços turísticos existentes no município. Os lugares indicados pela maioria dos respondentes foram os seguintes:

- Porto das Barcas
- Praia Pedra do Sal
- Beira Rio
- Mercado Central

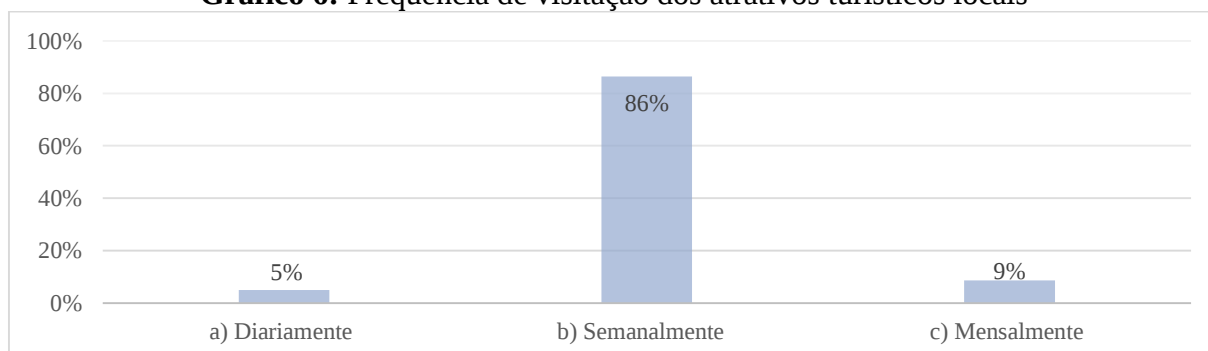
Das respostas apresentadas, percebe-se que os residentes se utilizam da infraestrutura turística da cidade, a exemplo do Porto das Barcas, Praia Pedra do Sal e Beira Rio, importantes atrativos turísticos locais que fazem parte do roteiro turístico da cidade.

Contudo, alguns participantes disseram visitar a Praia do Coqueiro e de Atalaia, espaços que pertencem ao município de Luís Correia, localizado a 14,4 Km do município em análise. É necessário mencionar que os dois municípios, Parnaíba e Luís Correia são divulgados e acompanhados de forma conjunta pela gestão estadual. Para o piauiense de uma forma geral, esses destinos estão estreitamente interligados.

A Praia de Atalaia, é considerada pelos piauienses, a praia mais popular do litoral e que também recebeu recursos do PRODETUR/NE II, sendo o segundo maior investimento do programa no litoral do Estado, no valor total investido de quatro milhões e novecentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e seis dólares e noventa e seis centavos (US\$ 4.944.546,96).

Em relação à frequência de visitação desses espaços turísticos pelos residentes, percebe-se que quatro participantes (5%) dos participantes, o fazem diariamente, seguidos de oitenta e setenta pessoas (86%) que a realiza semanalmente e sete entrevistados (9%) mensalmente, conforme pode ser observado no gráfico 6:

Gráfico 6: Frequência de visitação dos atrativos turísticos locais

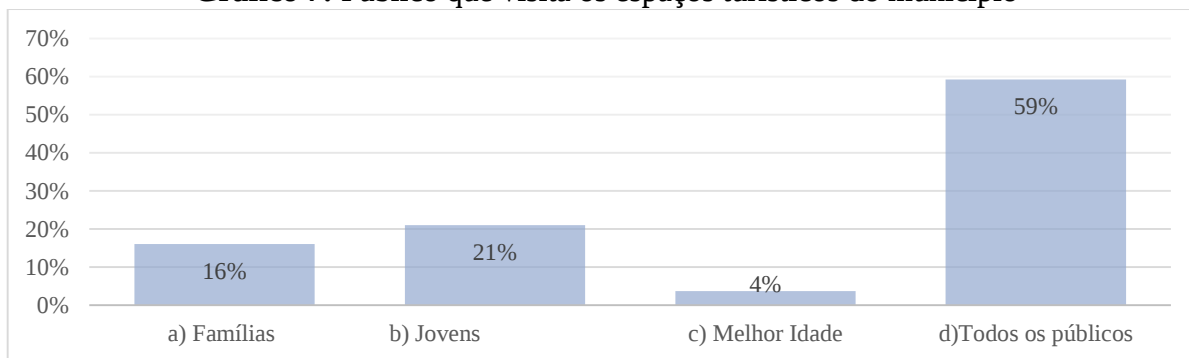


Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Para os entrevistados, o público que frequenta os espaços apontados como os mais visitados pelos residentes, de acordo com o gráfico 7, em sua maioria, não possui restrição de público, representado por quarenta e oito participantes (59%) dos questionários aplicados, seguidos de jovens com dezessete pessoas (21%), família com treze entrevistados (16%) e melhor idade com três pessoas (4%).

Percebe-se, que a população local não se “isola” em relação ao turismo praticado no município, convive pacificamente com a atividade. Essa característica pode ser entendida como benéfica para o desenvolvimento do turismo na localidade, tendo em vista que a aceitação da população local em relação à atividade agrega valor à sua conjuntura, bem como evidencia o caráter hospitaleiro que os residentes possuem.

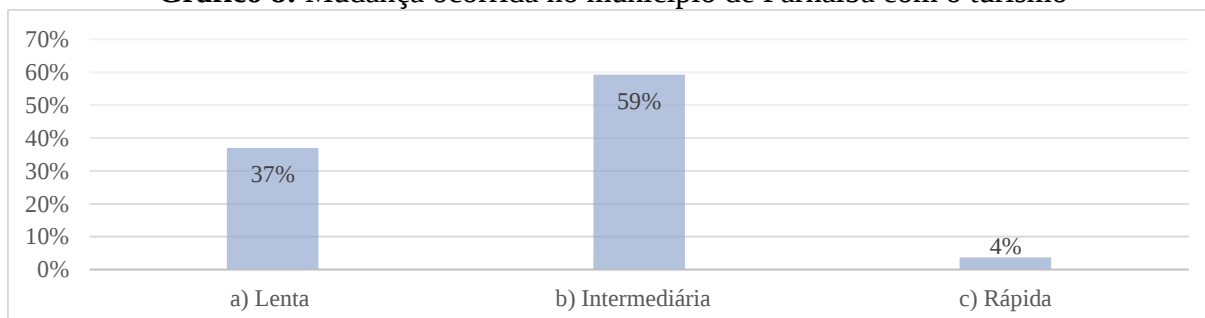
Gráfico 7: Público que visita os espaços turísticos do município



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Na sequência, observou-se que para os residentes, a mudança ocorrida no município com o turismo, foi intermediária de acordo com os quarenta e oito participantes (59%) dos participantes, lento para trinta pessoas (37%) e rápida para três entrevistados (4%) restantes, segundo o gráfico 8, isto é, está diretamente relacionada à percepção dos investimentos realizados no município, uma vez que na concepção dos participantes, estes provocaram uma mudança significativa para a cidade, estando associada à dinâmica do local.

Gráfico 8: Mudança ocorrida no município de Parnaíba com o turismo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Para a maioria dos residentes, a mudança ocorrida com o turismo no município está associada ao processo de melhoramento em aspectos particulares da localidade, uma vez que essas intervenções proporcionaram uma melhor perspectiva para o município, que se reverberou de forma positiva junto aos autóctones, mesmo considerando que o município ainda necessita de muitos investimentos em diferentes áreas da cidade e segmentos. Deste modo, os entrevistados entendem que as ações estão concentradas basicamente nos seguintes aspectos:

- Infraestrutura
- Aumento do fluxo de turistas
- Geração de Emprego e renda
- Realização de investimentos públicos e privados no município

Os residentes foram unânimes ao dizer que a população local gosta de receber turistas, uma vez que na percepção dos entrevistados, a presença daqueles no município, é sinônimo de benefícios de várias proporções para os autóctones. Há o entendimento de que a recepção dos visitantes em uma destinação turística está associada basicamente à finalidade de proporcionar benefícios sociais e econômicos aos interessados pela prática da atividade, estando deste modo, relacionados a emprego e renda (Goeldner et al., 2002), bem como a atração de investimentos e a capacitação produtiva da localidade (Velasco, 2011).

Essa característica pode ser entendida como um aspecto positivo para a localidade, tendo em vista que está diretamente relacionada a uma boa convivência entre residentes e turistas no destino. Portanto, entende-se que para a gestão local essa situação facilita sobremaneira o planejamento da atividade, tendo em vista que sua aceitação por parte da população é um elemento importante para que a prática seja efetivada adequadamente. Os entrevistados consideram a atividade turística como diretamente responsável por gerar benefícios à localidade, quais sejam:

- Favorecer a geração de divisas para o município.
- Levar desenvolvimento para a cidade.
- Estimular a hospitalidade dos autóctones.

Os entrevistados foram convidados a dar uma nota que varia entre 1 (totalmente insatisfeito) a 5 (totalmente satisfeito) em relação aos serviços urbanos disponíveis no município em análise, sendo que avaliaram as seguintes categorias: hospitais, comércio (lojas),

bancos, hotéis, restaurantes, posto de combustível, transporte público, melhoria das vias de acesso (estradas) e melhor sinalização no trânsito, conforme pode ser observado no quadro 06:

Ao que se refere ao transporte público, observa-se que há uma expressividade em relação às demais categorias, nas notas 1 e 2, dezesseis (20%) e quarenta e três participantes (53%), respectivamente, isto é, os participantes encontram-se em um nível de satisfação que varia entre totalmente insatisfeitos a insatisfeitos. Para a análise, este episódio está associado à percepção dos residentes quanto a uma melhor estruturação e distribuição dos serviços ofertados nesse grupo, no qual foram relacionados alguns aspectos determinantes para a pontuação dessa categoria, que são: pouca frequência de ônibus, muita demora nas paradas e carros mal conservados.

Existe outra categoria que se sobrepõe em relação às demais, situada na nota 2: os hospitais, com quarenta e sete entrevistados (58%). Para os participantes que a elegeram, a carência desse grupo está relacionada em sua maioria à falta de profissionais especializados e em alguns casos, de equipamentos e ausência de um bom atendimento ao público, ou seja, o serviço oferecido não alcança um número considerável de residentes, deixando-os insatisfeitos.

Na nota 3, foi observado que a categoria que recebeu maior pontuação foi comércio local, com quarenta e oito pessoas (59%), bancos, com quarenta e três entrevistados (53%), Posto de Combustível, com trinta e nove participantes (48%) e melhor sinalização no trânsito, com cinquenta e uma pessoas (63%) dos entrevistados. Essa nota representa um nível de satisfação denominada aceitável, o que significa dizer que os participantes encontram-se em uma situação equilibrada entre as variáveis apresentadas, isto é, o serviço atende à necessidade, no entanto, entendem que é uma parte do conjunto de ações a serem executadas.

Em relação à nota 4, a maioria avaliou os hotéis, com quarenta e três participantes (53%), Restaurantes, com trinta e oito pessoas (47%) e melhorias das vias de acesso (estradas), com quarenta e quatro entrevistados (54%), respectivamente, aspecto que denota que os entrevistados encontram-se satisfeitos ao que se refere a esses serviços. Os participantes consideram que a cidade possui uma boa cobertura de equipamentos turísticos e de apoio, atendendo às necessidades do local.

Quadro 6: Caracterização dos Serviços Urbanos em Parnaíba

SERVIÇO	NOTA					TOTAL
	1	2	3	4	5	
Hospitais	9%	58%	19%	12%	2%	100%
Comércio (Lojas)	5%	12%	59%	16%	7%	100%
Bancos	4%	16%	53%	19%	9%	100%

Hotéis	4%	17%	17%	53%	9%	100%
Restaurantes	6%	15%	22%	47%	10%	100%
Posto de Combustível	5%	15%	48%	23%	9%	100%
Transporte público	20%	53%	9%	11%	7%	100%
Melhorias das vias de acesso (estradas)	4%	9%	22%	54%	11%	100%
Melhor sinalização no trânsito	2%	9%	63%	19%	7%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Questionados se alguém da família trabalha com o turismo, observou-se o seguinte resultado. Cinquenta pessoas (62%) dos residentes desenvolvem algum trabalho relacionado com a atividade turística e trinta e um participantes (38%) estão inseridos nos demais segmentos econômicos do município. Esse resultado é positivo para a pesquisa, uma vez que evidencia a aderência da localidade ao turismo, pois é um destino relevante para o estado do Piauí.

Para aqueles que trabalham com o turismo, isto é, a maioria dos participantes, observou-se que duas entre três pessoas da família exercem alguma atividade relacionada à atividade, das quais foram verificadas as seguintes funções:

- Recepcionista(s) de hotéis e pousadas
- Camareira
- Proprietário de Bares, Restaurantes, Pizzarias e Sorveterias
- Agente turístico
- Vendedor de Loja de Artesanato e souvenirs
- Vendedor de passagens terrestres
- Motorista de transportes turísticos
- Guia de Turismo
- Garçom(s) de hotéis e Restaurantes
- Mensageiros de hotéis
- Taxista

Na sequência, os participantes foram questionados se sempre trabalharam com o turismo, dos quais verificou-se que, sessenta e quatro participantes (79%) dos abordados, isto é, a maioria sempre esteve relacionado com o turismo, seguido de dezessete pessoas (21%) que desenvolviam atividades nos demais setores econômicos.

A atividade turística é uma ferramenta relevante para a localidade, uma vez que houve a constatação de um número significativo de pessoas que desempenham funções diretamente relacionadas ao turismo na localidade.

As pessoas inseridas nos vinte e um por cento (21%), a minoria portanto, desenvolve as seguintes atividades:

- Caixa de Supermercados
- Prestação de serviços terceirizados em repartições públicas
- Diarista
- Vendedor de Loja de roupas, sapatos, móveis, artigos para presente, medicamentos e papelarias.
- Atendente de Clínica particular
- Balconista de Padaria.
- Balconista de Lanchonete.

Os participantes também avaliaram a contribuição do turismo para o município de Parnaíba, atribuindo-lhe notas que variam entre 1 (totalmente insatisfeito) a 5 (totalmente satisfeito) em relação aos serviços urbanos disponíveis no município em análise a partir das seguintes categorias: mais oportunidades de emprego e renda, melhoria na infraestrutura da cidade, geração de fluxo turístico, qualificação profissional, aumento do índice de violência, poluição para a cidade, aumento dos preços e das refeições, imóveis e etc., conflitos com turistas (barulho, idioma, etc).

Ao que se refere à nota 1, observa-se que a maioria dos entrevistados estão totalmente insatisfeitos com o aumento da violência, sendo que do total de participantes percebe-se que quarenta e cinco participantes (56%) apontaram essa característica. Ao se observar a nota 2, tem-se presente o aumento dos preços das refeições e imóveis com quarenta e uma pessoas (51%) das avaliações realizadas, isto é, os participantes encontram-se insatisfeitos com essa categoria.

Na nota 3, a qualificação profissional, apresentou quarenta e dois participantes (52%), acompanhado de Conflitos com os turistas, com trinta e sete pessoas (46%) e Poluição para a cidade com trinta e seis entrevistados (44%). Nessa categoria, os entrevistados encontram-se em uma situação aceitável em relação à contribuição do turismo para a localidade, isto é, estão situados em um nível intermediário.

Foi constatado que na nota 4 a categoria mais expressiva foi melhoria na infraestrutura da cidade, com quarenta e cinco participantes (56%) e oportunidade de emprego e renda com quarenta e um entrevistados (51%), aspecto tido como satisfatório em parte, para os entrevistados da pesquisa, isto é, reconhecem que foi considerável a contribuição do turismo ao que se refere a essa categoria, porém, precisam ampliar as oportunidades no segmento.

Por fim, na nota 5, a categoria predominante em relação às demais foi geração de fluxo turístico (mais turistas), com trinta e nove participantes (48%) das avaliações realizadas, tendo em vista que os residentes encontram-se totalmente satisfeitos ao que se refere à ida de turistas para o município, conforme pode ser verificado no quadro 7, em relação ao grau de contribuição do turismo para o município de Parnaíba.

Quadro 7: Contribuição do turismo para o município de Parnaíba

CATEGORIAS	NOTA					TOTAL
	1	2	3	4	5	
Mais oportunidades de emprego e renda	6%	15%	20%	51%	9%	100%
Melhoria na infraestrutura da cidade	7%	12%	14%	56%	11%	100%
Geração de fluxo turístico (mais turistas)	2%	9%	15%	26%	48%	100%
Qualificação profissional	11%	15%	52%	15%	7%	100%
Aumento do índice de violência	56%	25%	14%	5%	1%	100%
Poluição para cidade	5%	26%	44%	22%	7%	105%
Aumento dos preços das refeições, imóveis, etc	23%	51%	15%	9%	2%	100%
Conflitos com turistas (Barulho, idioma, etc)	4%	16%	46%	21%	15%	101%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observa-se que os residentes entendem que o turismo interfere diretamente na localidade, causando tanto benefícios, quanto malefícios a ele associados. A dinâmica da atividade está relacionada a um conjunto de fatores interdependentes e complementares, intervindo, portanto, no desenvolvimento do destino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo enquanto atividade contemporânea admite grande relevância nos diversos segmentos da sociedade, seja em âmbito acadêmico, governamental, mercadológico e público. Não obstante o reconhecimento de que a atividade turística tende a agregar valor à determinada realidade é inegável. Outra característica que o turismo possui é impactar a vida das pessoas e dos locais onde vivem (Hall, 2001).

Em relação ao município em análise, reconhecemos que os resultados obtidos apresentaram muitos aspectos relevantes. Nesse sentido, torna-se indispensável que a gestão pública local atue de forma estratégica, isto é, utilize os recursos e equipamentos disponíveis no destino, bem como reconheça a necessidade de transpor os desafios subjacentes ao contexto. Essa é uma das maneiras de intervir positivamente junto aos autóctones e beneficiá-los sobremaneira.

É fato que a característica econômica é predominante no discurso e surge como uma força hegemônica em detrimento das demais. Observou-se que essa atribuição foi reconhecida pelos participantes como um recurso relevante junto à receptividade da atividade pelos residentes. Entretanto, se percebe que esse cenário poderia ser melhor desenvolvido, a partir do momento que a população seja habilitada para avaliar a atuação e prestação do serviço público, tendo em vista que a esfera local tem maior sensibilidade para reagir com pressão a condicionantes específicas.

Foi constatado que os principais mecanismos de inserção social do município como: Conselho Municipal de Turismo e o Grupo gestor do qual pertence Parnaíba, são falhos, primeiro porque não dá a devida abertura aos cidadãos para que possam participar das deliberações da atividade, tornando-se um espaço sumariamente institucionalizado. Segundo, porque lidam com questões relacionadas: a desregularidade na frequência de reuniões deliberativas e a ausência de comunicação entre instâncias governamentais, aspecto que interfere diretamente no processo de expansão da atividade no município e no polo ao qual se insere.

Diante do exposto, não se pode afirmar que a população local se insere efetivamente nas ações públicas específicas de turismo em Parnaíba, porque é necessário haver um ciclo entre a concepção e implementação das mesmas, isto é, é um processo muito mais complexo que envolve diferentes variáveis como: geração de emprego e renda, qualidade de vida dos residentes, fortalecimento da identidade cultural, sensibilização e mobilização da população local, gestão descentralizada e segurança. No entanto, a predominância da concepção ao que se

refere à inserção da população continua sendo operacional, tendo em vista que é um recurso que possui um retorno potencialmente mais eficaz.

Tampouco podemos afirmar que há compatibilidade entre o discurso oficial e a prática, tendo em vista que as variáveis relacionadas anteriormente não são devidamente desenvolvidas, sobretudo ao que está relacionada à estrutura da gestão local que é diminuta e impede que haja uma verdadeira compatibilização do discurso e a prática. Entretanto, não se trata apenas do valor conjuntural, mas da forma em que são tomadas as decisões, das pautas priorizadas, do nível de cooperação regional do destino (visibilidade), bem como dos recursos financeiros liberados para sua utilização.

Todo esse cenário seria melhor desenvolvido caso houvesse um maior aproveitamento das potencialidades locais como: atrativos e recursos turísticos e dos agentes sociais. A isso nos referimos quando são concebidas e implementadas as ações públicas de turismo, isto é, são utilizados os principais elementos e/ou ferramentas que tendem a favorecer o real desenvolvimento da atividade no contexto, tendo em vista que são etapas diferentes.

Após análise dos principais documentos divulgados pelo MTUR, percebe-se que a relevância atribuída à população local no contexto das políticas públicas definidas para o turismo brasileiro ao longo dos anos, não sofreu mudanças significativas, apenas surgem no discurso oficial dando ênfase ao papel dos residentes e sua complementaridade na atividade turística, sendo utilizado como um importante recurso no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos impactos gerados pela atividade.

A partir do estudo, constatou-se que a esfera mais atuante foi a federal, pois interviu decisivamente na realização das ações desenvolvidas na localidade, porém esse cenário é visto como um fator de inquietude ao que se refere à gestão do turismo, tendo em vista que provoca uma sobreposição de funções em relação aos agentes públicos responsáveis por desenvolver a atividade, isto é, demonstra uma situação de dependência entre as esferas competentes e a carência de estrutura física, profissional, bem como de recursos financeiros. Neste contexto entende-se que é preciso uma maior intervenção, bem como articulação do âmbito estadual e municipal para o benefício da atividade no município em questão.

Quanto às principais ações que promoveram a expansão da atividade turística no município de Parnaíba/PI tais como: PAC, Contratos de Repasse, PRODETUR, PRONATEC, Roteiro da Rota das Emoções e demais deliberações a nível municipal, entende-se que em conjunto auxiliaram a execução de diferentes ações na localidade que se repercutiram subjacente à população local.

Diante do exposto, entende-se que é necessário investir mais na visibilidade do destino e fortalecer o acesso aéreo à cidade, bem como o atendimento dos serviços turísticos. Reforça-se a necessidade da elaboração de um planejamento estratégico a longo prazo que tenha resultado e uma gestão pública mais sensível às necessidades da demanda local.

O turismo precisa ser tratado como uma atividade de valor e participante sobremaneira do Produto Interno Bruto (PIB) local, tendo vista que é um município que possui oportunidades em relação as regiões circunvizinhas em relação à estrutura física e mercadológica e localização, estando também situado estrategicamente no centro da Rota das Emoções.

São também necessários novos incentivos culturais, socioeconômicos e ambientais, uma vez que o município está situado em uma APA (Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba) e a elaboração de diretrizes da atividade turística sob a ótica do processo de desenvolvimento sustentável com o apoio do setor público, privado e da população local, a fim de viabilizar o progresso consciente, reconhecendo, portanto, o turismo como uma premissa de desenvolvimento local.

Deste modo, o turismo quando bem planejado favorece a expansão de uma prática mais inclusiva, na qual os agentes sociais participam do modelo desenvolvido. Uma população mais informada tem maior probabilidade de tomar decisões mais responsáveis. Entretanto se observa que o modelo da administração pública atualmente fracassa as tentativas de lidar com questões de âmbito local.

Em sinopse, diz-se que os objetivos propostos pelo trabalho foram atingidos e a problemática central, respondida. Sugere-se para futuras pesquisas que abordem aspectos relacionados à temática central desta análise, trabalhos que versem sobre o levantamento dos impactos socioeconômicos e/ou efeitos do PRODETUR no município de Parnaíba e na Região Turística Polo Costa do Delta, bem como investigar a contribuição dos investimentos turísticos nesta região.

REFERÊNCIAS

- Acerenza, M. A. (2002). *Administração do Turismo*. Bauru, SP: Edusc.
- Agüera, F., & Morales, P. (2015). Ecoturismo y desarrollo sostenible. Un estudio de caso en comunidades rurales de República Dominicana. *Pasos: Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural*, 13(6), 1425–1435.
- Aires, J. D. M., & Lore, F. (2011). O modelo irridex de Doxey: breves considerações acerca de sua aplicação em Ponta Negra (Natal-RN). *Revista Iberoamericana de Turismo*, 1(1), 23–33.
- Aires, J. D., Pequeno, E. A., & Fortes, L. (2010). A Relação Entre Turistas Estrangeiros e Residentes: O Caso de Ponta Negra-Natal/RN. *Revista Hospitalidade*, 7(2), 38–51.
- Alves, K. M. da S., Fonseca, M. A. P. da, & Alves, A. E. L. (2009). O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal. *Cultur: Revista de Cultura E Turismo*, 3(3), 104–121.
- Andereck, K. L., & Nyaupane, G. P. (2011). Exploring the Nature of Tourism and Quality of Life Perceptions among Residents. *Journal of Travel Research*, 50(3), 248–260.
- Appolinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: Um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Araújo, R. P. Z. de. (2004). Alternativas tecnológicas para elementos de mesoestrutura urbana para assentamentos informais. PUC- MG. Pesquisa FIP.
- Archer, B., & Cooper, C. (2009). Os impactos positivos e negativos do turismo. In *Turismo Global*. São Paulo: Senac.
- Arretche, M. (2007). A agenda institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), 147–151.
- Arretche, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Revista de Ciências Sociais*, 53(3), 587–620.
- Assante, L. M., Wen, H. I., & Lottig, K. (2012). An empirical assessment of residents' attitudes for sustainable tourism development: a case study of O'ahu, Hawai'i. *Journal of Sustainability and Green Business*, (1), 1–27.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2010). Perfil do Município. Publicado em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/parnaiba_pi> Acesso em outubro de 2016.
- Baldissera, L. M., & Bahl, M. (2012). Turistas e moradores locais : Uma reflexão teórica dessa relação. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo Do Mercosul*, 1–13.
- Banco do Nordeste, (2014). Informações do Prodetur. Publicado em: <<http://www.bnb.gov.br/16>> Acesso em outubro de 2016.
- Barreto, M. (2000). *Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus.

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Banco do Nordeste. (1994). *Programa de Fomento del Turismo en el Nordeste (br-0204)*.
- Bobbio, N. (2012). *Estado, governo, sociedade - para uma teoria geral da política* (18ª ed). São Paulo: Paz e Terra.
- Bolfarine, H., & Bussab, W. de O. (2005). *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é participação* (8ª edição). São Paulo: Brasiliense.
- Borges, L. B. (2008). *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: análise interdisciplinar de uma política pública em Goiás*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília.
- Brandão, P. de M. (2014). *Os efeitos da democraticidade dos espaços públicos participativos para o desempenho de destinos turísticos*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Brasil. (2003). *Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003 -2007*. Brasília.
- Brasil. (2004). *Programa de Regionalização do Turismo- Diretrizes Políticas*. Brasília.
- Brasil. (2006a). *Embratur 40 Anos*. Brasília.
- Brasil. (2006b). *Turismo no Brasil 2007-2010*. Brasília.
- Brasil. (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*. Brasília.
- Brasil. (2008a). *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional- Relatório Brasil*. Brasil.
- Brasil. (2009). *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional- Relatório Brasil*. Brasília.
- Brasil. (2010). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional- Relatório Brasil*. Brasília.
- Brasil. (2011a). *Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011-2014*. Brasília.
- Brasil. (2011b). *Índice de competitividade do turismo nacional 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Parnaíba*. Brasília.
- Brasil. (2011c). Ministério da Educação. Publicado em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec>> Acesso em setembro de 2016.
- Brasil. (2013a). *Plano Nacional de Turismo: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016*. Brasília.
- Brasil. (2013b). *Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes*. Brasília.

Brasil. (2014). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções: Produto V - Entrega de resultados*. Brasília.

Brasil. (2015). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional- Parnaíba*. Brasília.

Brasil, M. do T. (2008b). Política Nacional de Turismo. Publicado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm> Acesso em novembro de 2016.

Cañizares, S., Tabales, J., & García, F. (2014). Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde. *Tourism & Management Studies*, 10(1), 87–96.

Cardona, J. (2015). Efecto de la economía y el entorno en los residentes. *Pasos: Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural*, 13(6), 1371–1386.

Carneiro, M., & Eusébio, C. (2011). Segmentation of the tourism market using the impact of tourism on quality of life. *Tourism & Management Studies*, 19(7), 91–100.

Carneiro, M. J., & Eusébio, C. (2015). Host-tourist interaction and impact of tourism on residents' Quality of Life. *Tourism & Management Studies*, 11(1), 25–34.

Carvalho, K. D., & Guzmán, S. J. M. (2011). El turismo en la dinámica territorial. ¿Lógica global, desarrollo local? *Centro de Investigaciones Y Estudios Y Perspectivas En Turismo*, 20(2), 441–461.

Carvalho, S. (2010). A Percepção do Turismo por Parte da Comunidade Local e dos Turistas no Município de Cajueiro da Praia-PI. *Turismo Em Análise*, 21(3), 470–493.

Chen, C.-F., & Chen, P.-C. (2010). Resident Attitudes toward Heritage Tourism Development. *Tourism Geographies*, 12(4), 525–545.

Choi, H. C., & Murray, I. (2010). Resident attitudes toward sustainable community tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(4), 575–594.

Coria, E., Juárez, A., & Cocom, M. (2015). Intervención estatal, turismo y desarrollo local en el ejido de chacchoben, Quintana Roo, México. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 12(1), 35–57.

Costa, S. R., & Carvalho, C. de M. B. de. (2012). Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional. *IX Simpósio de Escelência Em Gestão E Tecnologia*, 11.

Cruz, R. C. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.

Dagnino, E. (2004). ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *Políticas de Ciudadanía Y Sociedad Civil En Tiempos de Globalización*, 95–110.

Dall'Agnol, S. (2012). Impactos Do Turismo X Comunidade Local. *Anais Do VII Seminário de Pesquisa Em Turismo Do Mercosul*, 1–15.

Dallari, D. A. (2000). *Elementos da teoria geral do Estado* (21st ed.). São Paulo: Saraiva.

- Delgado, A. K. C. (2015). Produção de dissertações na área de políticas públicas nos programas de pós-graduação em turismo: breve considerações sobre aspectos metodológicos. *XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Turismo*, 1–15.
- Dias, R. (2005). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas.
- Dias, S. G. (2007). Reflexões acerca da participação popular. *Revista Integração*, 13(48), 45–53.
- Díaz, I. S., & Llurdés, J. C. C. (2013). Reflexiones sobre el turismo de proximidad como una estrategia para el desarrollo local. *Cuadernos de Turismo*, (32), 65–88.
- Dolnicar, S., Lazarevski, K., & Yanamandram, V. (2013). Quality of life and tourism: A conceptual framework and novel segmentation base. *Journal of Business Research*, 66(6), 724–729.
- Dolnicar, S., Yanamandram, V., & Cliff, K. (2012). The contribution of vacations to quality of life. *Annals of Tourism Research*, 39(1), 59–83.
- Duriguetto, M. L. (2007). Descentralização, políticas públicas e participação popular. *Anais Do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, 427–442.
- Endres, A. V. (2012). *As políticas de turismo e os novos arranjos na Paraíba/Brasil*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Eusébio, C., & Rodrigues, S. (2014). O desenvolvimento do turismo em destinos rurais: Percepções dos impactes, interação e atitudes dos residentes. *Turismo & Desenvolvimento*, (21/22), 423–424.
- Fonseca, F. (2007). Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. *Revista Katálisis*, 10(2), 245–255.
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão Espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense.
- Fredline, L., Deery, M., & Jago, L. (2013). A Longitudinal study of the impacts of an annual event on local residents. *Tourism Planning & Development*, 10(4), 416–432.
- Frey, K. (2000). Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento E Políticas Públicas*, (21), 211–259.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29.
- Goeldner, C., Ritchie, J. R. B., & McIntosh, R. (2002). Políticas de Turismo: estrutura, políticas e processos. In *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Booknman.
- Gohn, M. da G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde E Sociedade*, 13(2), 20–31.

Gorica, K., Kripa, D., & Zenelaj, E. (2012). The Role of Local Government in Sustainable Development. *Acta Universitatis Danubius*, 8(2), 139–155.

Governo do Estado do do Piauí. (1998). *Projeto de Desemvolvimento Intistucional- PRODETUR*. Teresina.

Governo Federal. (2014). *Manual sobre Convênios, Contratos de Repasse e Instrumentos Congêneres*. Brasília.

Governo Federal. (2017). Portal da Transparência. Publicado em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=1219&fuf=pi&forgao=54000&fconsulta=1>> Acesso em janeiro de 2017.

Grimm, I. J., Sampaio, C. A. C., Greuel, M. C., & Cerveira, J. L. (2013). Políticas Públicas do Turismo e Sustentabilidade : a interrelação na Esfera Nacional, Estadual e Local. *Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica*, 15(1), 95–111.

Gursoy, D., & Kendall, K. W. (2006). Hosting mega events. Modeling Locals' Support. *Annals of Tourism Research*, 33(3), 603–623.

Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico: política, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.

Hall, J. (org). (1992). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago Ed.

Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.

Infraero. (2011). Informações sobre o Aeroporto Internacional de Parnaíba Prefeito Dr. João Silva Filho. Publicado em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-parnaiba-prefeito-dr-joao-silva-filho/>> Acesso em novembro de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). População. Publicado em: <<http://cod.ibge.gov.br/42F>> Acesso de novembro de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Produto Interno Bruto. Publicado em: <<http://cod.ibge.gov.br/42F>> Acesso em novembro de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). Serviço. Publicado em: <<http://cod.ibge.gov.br/42F>> Acesso em novembro de 2016.

Krippendorff, J. (2001). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Lee, T. H. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, 34, 37–46.

Lickorish, L. J. (2000). *Introdução o turismo*. Campus.

Lima, K. (2009). *Plano Aquarela- Ficha Técnica de Produto*. São Paulo.

Macêdo, E. M. (2011). *O turismo na praia de Barra Grande-Pi: impactos e contribuições ao desenvolvimento local*. Universidade de Brasília.

- Maranhão, T. de A., & Teixeira, A. C. C. (2006). Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos. In *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira* (pp. 109–119). São Paulo: Instituto Pólis.
- Mazón, A. I. (2012). Analisis relacional de sistemas turísticos. Un marco de trabajo alternativo en el proceso de planificación turística. *Tourism & Management Studies*, (8), 1646–2408.
- McDowall, S., & Choi, Y. (2010). Thailand's Destination Image through the Eyes of Its Citizens. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 11(3), 255–274.
- Meng, F., Li, X., & Uysal, M. (2010). Tourism Development and Regional Quality of Life: The Case of China. *Journal of China Tourism Research*, 6(2), 164–182.
- Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais : uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 551–579.
- Milewski, J. C. (2012). *Relatório de Término de Projeto do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)*. Brasil. Publicado em: <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=BR0323>> Acesso em dezembro de 2016.
- Ministério do Turismo. (2016). Contrato de repasse. Publicado em: <<http://repasse.turismo.gov.br/>> Acesso em dezembro de 2016.
- Monteiro, L. A. (2011). Descentralização Administrativa e Participação Popular em Políticas Culturais: O Caso de um Ponto de Cultura em Niterói. *XXXV Encontro da ANPAD*, 1–12.
- Nicoletti, A. S. (2013). Participação política convencional e não convencional : dois fenômenos contraditórios? *Revista Pensamento Plural*, (13), 51–64.
- Nkemngu, A. P. (2015). Quality of life and tourism impacts : a community perspective. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leid*, 4(1), 1–13.
- Nobrega, W. R. M. (2012). *Turismo e políticas públicas na amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de santarém e belterra, oeste do estado do Pará*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Nunkoo, R., & Ramkissoon, H. (2010). Residents' Satisfaction With Community Attributes and Support for Tourism. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 35(2), 171–190.
- Oliveira, A. C. (2005). A atividade turística e seus efeitos à população local : um paradoxo. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(2), 73–87.
- Ostrom, E. (2000). Collective Action and the Evolution of Social Norms. *Journal of Economic Perspectives*, 14(3), 137–158.
- Pimentel, M. P. C., & Pimentel, T. D. (2011). A trajetória das políticas públicas de turismo brasileiras 1930-2010. *XXXV Encontro Da ANPAD*, 1–17.
- Prefeitura. (2014). Superintendência Municipal de Turismo de Parnaíba. Publicado em: <<https://supturparnaiba.wordpress.com/2014/09/03/conferencia-municipal-de-turismo->>

promove-novas-ideias/> Acesso em dezembro de 2016.

Prefeitura. (2016). Superintendência Municipal de Turismo de Parnaíba. Publicado em: <<https://supturparnaiba.wordpress.com/institucional/>> Acesso em dezembro de 2016.

Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (5th ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Rodrigues, A. P., Vieira, I., Marques, C. P., & Teixeira, M. S. (2014). Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade histórica do Norte de Portugal. *Tourism & Management Studies*, 10(2), 17–25.

Santana, V., Fontes Filho, J., & Rocha, S. (2015). Gestión Local de Recuerdos de uso común en turismo. La perspectiva de Elinor Ostrom. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 24(1), 56–75.

Santos, M. M., Ferreira, A. M., & Costa, C. (2014). Influential factors in the competitiveness of mature tourism destinations. *Tourism & Management Studies*, 10(1), 73–81.

Santos, M. M., Ferreira, A. M., Costa, C., Santos, M. M., Ferreira, A. M., & Costa, C. (2014). Influential factors in the competitiveness of mature tourism destinations. *Tourism & Management Studies*, 10(1), 73–81.

Santos Jr., O. A. dos. (2005). Os Sentidos da Democracia e da Participação. In *Os sentidos da democracia e da participação* (pp. 41–46). São Paulo: Pólis.

Scótolto, D., & Panosso Neto, A. (2015). A gestão do turismo para o desenvolvimento local. *Revista de Cultura e Turismo*, 9(1).

Sebrae. (2015). *Relatório do perfil do turista da rota das emoções*. Parnaíba.

Silva, R. C. (2014). *Política de Regionalização de Turismo no interior potiguar: articulação, entaves e efetividade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio do Norte.

Solha, K. T. (2004). *Órgãos Públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

Telfer, D. J., & Sharpley, R. (2008). *Tourism and Development in the Developing World*. London: Routledge.

Tuzzo, S. A., & Braga, C. F. (2015). Pesquisa qualitativa - uma possibilidade de triangulação por métodos, fenômenos e sujeitos. *CIAIQ 2015*, 3, 149–152.

Vareiro, L., & Mendes, R. (2015). Residents' perspectives on tourism impacts of Portuguese World Heritage historic centers: Angra do Heroísmo and Évora. *Tourism & Management Studies*, 11(1), 44–51.

Velasco, M. (2011). La Política Turística. Una Arena de Acción Autónoma. *Cuadernos de Turismo*, (27), 953–969.

Velasco, M., & Santos, R. (2016). La relación entre acción pública y turismo desde diversas perspectivas: ideas, actores e instituciones. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*,

14(3), 573–751.

Vergara, E. M., & Bortone, N. A. B. (2012). El Municipio: destino local. Tres dimensiones y una función rectora. *Provincia*, (27), 11–42.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

Objetivo deste questionário

O presente questionário tem a função de obter informações específicas para o trabalho dissertativo de mestrado intitulado “As políticas públicas de turismo e a população local: da concepção à implementação (Parnaíba-PI)”. Desde já agradeço sua contribuição.

Bairro onde reside: _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

1. Escolaridade:

- | | |
|---|---|
| a) ☐ Ensino fundamental incompleto | e) ☐ Ensino fundamental completo |
| b) ☐ Ensino médio incompleto | f) ☐ Ensino médio completo |
| c) ☐ Ensino superior incompleto | g) ☐ Ensino superior completo |
| d) ☐ Pós-Graduação incompleta | h) ☐ Pós-Graduação completa |

2. Faixa etária:

- | | |
|--|--|
| a) ☐ 23 à 31 anos | c) ☐ 39 à 47 anos |
| b) ☐ 31 à 39 anos | d) ☐ 47 à 55 anos |

3. Renda:

- | | |
|---|---|
| a) ☐ Nenhum salário | c) ☐ De 3 à 4 salários mínimos |
| b) ☐ De 1 à 2 salários mínimos | d) ☐ De 5 à 6 salários mínimos |

4. O(a) senhor(a) conhece alguma obra que foi realizada para o benefício do turismo no seu município nos últimos 4 anos?

- a) ☐ Sim b) ☐ Não

Se respondeu NÃO, pule para a questão 5 na página seguinte.

4.1 Caso a resposta seja SIM:

4.1.1 Qual(s)? _____

4.1.2 Foi ou foram obras necessárias? a) ☐ Sim b) ☐ Não

4.1.2.1 Por que? _____

4.1.3 O(a) senhor(a) entende que esse espaço favoreceu especialmente:

a) ☐ Os turistas b) ☐ A população em geral

4.1.3.1 Por que? _____

4.1.4 No geral, de que forma essa obra contribuiu para o seu município?

a) ☐ Lazer/Entretenimento c) ☐ Eventos
b) ☐ Geração de renda d) Outro: _____

4.1.5 Como se sente em relação a essas obras?

a) ☐ Totalmente Insatisfeito d) ☐ Satisfeito
b) ☐ Insatisfeito e) ☐ Totalmente Satisfeito
c) ☐ Aceitável

5. Dos espaços turísticos existentes qual o(a) senhor(a) mais utiliza, e por quê?

5.1 Com que frequência?

a) ☐ Diariamente c) ☐ Mensalmente
b) ☐ Semanalmente d) ☐ Anualmente

5.2 Qual a finalidade da utilização desse espaço?

6. Na sua opinião, que tipo de público frequenta esse espaço?

a) ☐ Famílias c) ☐ Melhor Idade
b) ☐ Jovens d) ☐ Todos os públicos

7. Na sua opinião, a mudança ocorrida no município com o turismo foi:

a) ☐ Lenta b) ☐ Intermediária c) ☐ Rápida

8. O que mudou com o turismo no município?**9. Na sua opinião, a população local gosta de receber turistas?**

a) ☐ Simb) ☐ Não**9.1 Por quê?** _____

10. Como se caracteriza a cobertura dos serviços urbanos em Parnaíba? Dê uma nota de 1 (totalmente insatisfeito) a 5 (totalmente satisfeito), conforme sua opinião com relação cobertura dos serviços urbanos no turismo.

SERVIÇO	NOTA				
Hospitais	1	2	3	4	5
Comércio (Lojas)	1	2	3	4	5
Bancos	1	2	3	4	5
Hotéis	1	2	3	4	5
Restaurantes	1	2	3	4	5
Posto de Combustível	1	2	3	4	5
Transporte público	1	2	3	4	5
Melhorias das vias de acesso (estradas)	1	2	3	4	5
Melhor sinalização no trânsito	1	2	3	4	5

11. O(a) senhor(a) já se envolveu em algum curso de capacitação profissional voltado para o turismo?

a) ☐ Simb) ☐ Não**11.1 Quem ofereceu o curso?**a) ☐ Prefeiturab) ☐ Estadoc) ☐ Sesc/Senacd) ☐ Sesi/Senai**11.2 Caso tenha interesse, qual tipo de curso gostaria de fazer?**a) ☐ Garçomc) ☐ Idiomasb) ☐ Camareirad) ☐ Outro. Qual? _____**12. Alguém da sua família trabalha com o turismo?**a) ☐ Simb) ☐ Não**12.1 Caso a resposta seja SIM:****12.1.1 Quantas pessoas e qual a função?**
_____**12.1.2 Sempre trabalhou com o turismo?**

a) ☐ Sim b) ☐ Não

12.1.2.1 Se a resposta for NÃO, o que você/esta pessoa fazia antes de trabalhar com o turismo? _____

13. Como o turismo interfere diretamente na vida da população? Dê uma nota de 1 (totalmente insatisfeito) a 5 (totalmente satisfeito), conforme sua opinião em relação ao grau de contribuição para o turismo.

	NOTAS				
Mais oportunidades de emprego e renda	1	2	3	4	5
Melhoria na infraestrutura da cidade	1	2	3	4	5
Geração de fluxo turístico	1	2	3	4	5
Qualificação profissional	1	2	3	4	5
Aumento do índice de violência	1	2	3	4	5
Poluição para a cidade	1	2	3	4	5
Aumento dos preços das refeições, imóveis, etc.	1	2	3	4	5
Conflitos com turistas (barulho, idioma, etc.)	1	2	3	4	5

14. O(a) senhor(a) já foi convidado para alguma reunião/audiência pública para discutir as intervenções turísticas no município onde reside?

a) ☐ Sim b) ☐ Não

15. Considera necessária a participação da população local à respeito do modelo turístico adotado na localidade?

a) ☐ Sim b) ☐ Não

15.1 Por quê? _____